

FACULDADE LATINO-AMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

FRANCISCO EVANILDO SIMÃO DA SILVA

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGROECOLOGIA: a experiência do projeto Paulo Freire
no Cariri cearense

SALVADOR

2023

Francisco Evanildo Simão da Silva

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A
AGROECOLOGIA: a experiência do projeto
Paulo Freire no Cariri cearense

Dissertação apresentada ao curso Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais e Fundação Perseu Abramo, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Magíster en Estado, Gobierno y Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Me. Maurílio Duarte Baptista

Salvador

2023

Ficha Catalográfica

SILVA, Francisco Evanildo Simão

Políticas Públicas para a Agroecologia: a experiência do Projeto Paulo Freire no Cariri cearense/ Francisco Evanildo Simão da Silva Salvador: FLACSO/FPA, 2023.

68 f.:il

Dissertação (Magíster en Estado, Gobierno y Políticas Públicas), Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Fundação Perseu Abramo, Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas, ano.

Orientador: Maurílio Duarte Baptista

Francisco Evanildo Simão da Silva

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA
AGROECOLOGIA: a experiência do
Projeto Paulo Freire no Cariri cearense

Dissertação apresentada ao curso
Maestría Estado, Gobierno y Políticas
Públicas, Faculdade Latino-Americana
de Ciências Sociais, Fundação Perseu
Abramo, como parte dos requisitos
necessários à obtenção do título de
Magíster en Estado, Gobierno y
Políticas Públicas.

Aprovada em 04/07/2023

Prof. Me. Maurílio Duarte Baptista
FLACSO Brasil/FPA

Prof.^a Dra Natalia Noschese Fingermann
Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais

Prof.^a Dra. Eva Maria Campos Pereira
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB

Prof.^a Dra. Luana Vilutis (suplente)
Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais

DEDICATÓRIA

A Pacha Mama.

Aos meus pais, meus verdadeiros mestres, Expedito e Francisca, eu nunca me esquecerei do amor incondicional de vocês.

Aos meus irmãos, Consuelo, Zeneide Lúcia, Evandro, Ivan, Maria e Roberto, pela atenção, paciência e incentivos nessa caminhada.

AGRADECIMENTOS

Uma dissertação de mestrado não é unicamente um produto intelectual individual; ela também é fruto de muita cooperação, companheirismo e suporte alheio. Por isso, são muitos os agradecimentos que preciso fazer. Me sinto profundamente grato pela trajetória durante o meu mestrado. Nem todos os momentos foram fáceis, mas os momentos bons foram infinitamente maiores e são eles que guardarei.

Um profundo agradecimento a meus pais, em especial a minha querida mãe (in memória), a senhora continua cuidando de mim. Aos meus irmãos e sobrinho pelo apoio, não só nesta caminhada, mas em todos os momentos da minha vida.

Agradeço aos meus colegas da turma da Flacso, por partilhar a caminhada, o aprendizado e as descobertas conjuntas. Foi um prazer trilhar esse caminho com vocês.

A minha amiga Eva Campos que sempre esteve pronta para compartilhar conhecimentos, angústias e sonhos.

Aos professores que compuseram minha banca de qualificação, que apontaram os equívocos que precisavam ser sanados e reforçaram que eu estava no caminho certo, muita gratidão. Aos professores que compuseram a banca de defesa, agradeço sua disposição em contribuir com o aprimoramento deste trabalho.

Ao professor Maurílio Duarte Baptista, meu orientador, que sempre esteve ali: presente, atento e pronto para dar suporte sempre que precisei. A ele meu mais sincero agradecimento.

Ao Partido dos Trabalhadores e a Fundação Perseu Abramo, por financiar bolsa de mestrado para a realização desta pesquisa.

Aos beneficiários e técnicos do Programa Paulo Freire, às comunidades e às pessoas que me receberam com imensa simpatia, que se dispuseram a conversar comigo, me fornecendo informações valiosas, contando suas histórias sem timidez e, com alegria, me guiando pelos caminhos minha pesquisa algo tão prazeroso, meu muito obrigado

Já diziam os índios bolivianos: Somos feitos de Sol (energia), Chuva (água) e Terra (minerais). Vocês alteraram a luz (pela poluição do ar), alteraram a água (as chuvas e estão extinguindo os rios), destruíram a terra (pela aração profunda, suas máquinas pesadas, os adubos químicos, herbicidas, pesticidas e fogo), mudaram as plantas (geneticamente). E agora. O que será de nós? (Agruco, 1998)

RESUMO

Numa época em que a humanidade está sendo seriamente posta à prova pelas mudanças climáticas, perda de (agro) biodiversidade, degradação do solo e má nutrição, é necessária com urgência a busca por soluções abrangentes. O Projeto Paulo Freire é uma política pública que nasce na perspectiva de possibilitar aos seus beneficiários— agricultores e agricultoras familiares – condições tecnológicas, financeiras e produtivas de adaptar seus modos de vida e seus sistemas agrícolas continuamente e, de forma proativa, melhorar suas condições de vida, proteger o meio ambiente e tornarem-se resilientes às mudanças do clima, dentro de uma perspectiva de combater a pobreza com um enfoque agroecológico. Particularmente em regiões como o semiárido cearense, onde as mudanças climáticas representam uma ameaça para a agricultura e a segurança alimentar, o enfoque agroecológico oferece soluções orientadas para o futuro das comunidades pesquisadas. Esse trabalho objetiva analisar, junto às comunidades rurais beneficiárias a sustentabilidade financeira e ecológica dos projetos produtivos agroecológicos familiares sob a perspectiva de políticas públicas rural que subsidiam a implementação das ações do Projeto Paulo Freire. Na metodologia deste estudo, empregou-se a análise documental para examinar as centralidades da proposta, o número de profissionais técnicos envolvidos e os financiadores do projeto. Essa abordagem permitiu identificar a amplitude de uma nova matriz econômica solidária e plural, com potencial para fomentar a economia local de maneira sustentável e promover o empoderamento das comunidades investigadas.

Palavras-chave: Agroecologia. Políticas Públicas. Projeto Paulo Freire

ABSTRACT

At a time when humanity is being severely tested by climate change, (agro)biodiversity loss, soil degradation, and malnutrition, there is an urgent need to seek comprehensive solutions. The Paulo Freire Project is a public policy that aims to provide technological, financial, and productive conditions for its beneficiaries - family farmers - to continuously adapt their livelihoods and agricultural systems and, proactively, improve their living conditions, protect the environment, and become resilient to climate change within the perspective of combating poverty with an agroecological approach. Particularly in regions such as the semi-arid region of Ceará, where climate change represents a threat to agriculture and food security, the agroecological approach offers solutions oriented towards the future of the researched communities. This study aims to analyze, together with the beneficiary rural communities, the financial and ecological sustainability of family agroecological productive projects from the perspective of rural public policies that subsidize the implementation of Paulo Freire Project's actions. In the methodology of this study, document analysis was used to examine the proposal's centralities, the number of technical professionals involved, and the project's financiers. This approach made it possible to identify the scope of a new solidary and plural economic matrix, with the potential to promote local sustainable economic development and empower the investigated communities.

Keywords: Agroecology. Public Policies. Paulo Freire Project.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - área de atuação do projeto Paulo Freire	25
Figura 2 - organograma da Unidade de Gerenciamento do Projeto Paulo Freire	29
Figura 3 - localização geográfica de Nova Olinda	43
Tabela 1- configuração territorial dos Escritórios do Projeto Paulo Freire	30
Tabela 2 - distribuição de pessoal do Projeto Paulo Freire	30
Tabela 3 - custo total do projeto	33
Tabela 4 - total de planos de investimentos produtivos (PIPs)	49
Tabela 5 - planos de investimentos produtivos, distribuídos por categorias sociais	53

LISTA DE SIGLAS

ATC	Assessoria Técnica Contínua
ATP	Assessoria Técnica Permanente
ATER	Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CEDR	Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COSOP	Programa de Oportunidades Estratégicas Nacionais
COVID-19	Coronavirus Disease 2019
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DRP	Diagnóstico Rural Participativo
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FETRAECE	Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Ceará
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FIDA	Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IICA	Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
IPECE	Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
ONU	Organização das Nações Unidas

PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAPP	Programa de Apoio ao Pequeno Produtor
PIB	Produto Interno Bruto
PIP	Planos de Investimentos Produtivos
PNADC	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNCR	Programa Nacional de Crédito Rural
PNPA	Programa de Redes de Pesquisa Agropecuária
PPF	Projeto Paulo Freire
PRAM	Programa de Reforma Agrária de Mercado
PROCERA	Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária
PRODEC	Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregados
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAT	Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais
PT	Partido dos Trabalhadores
PTC	Programa Territórios da Cidadania
RCP	Relatório de Conclusão do Projeto
SDA	Secretaria do Desenvolvimento Agrário
SEPLAG	Secretaria de Planejamento e Gestão
UGP	Unidade de Gerenciamento de Projeto
USD	Moeda dólar

LISTA DE SÍMBOLOS

% Porcentagem

R\$ Reais

(USD) \$ Dólar americano

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1. JANELAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR: POLÍTICAS PÚBLICAS RURAIS E SUA HISTORICIDADE	18
1.1 O Estado do Ceará e suas iniciativas	25
1.2 Agroecologia e gestão dos recursos naturais nas políticas públicas rurais.....	29
2. IMPLEMENTAÇÃO E CAPILARIDADE DO PROJETO PAULO FREIRE.....	31
2.1 Processos organizacionais do Projeto Paulo Freire	35
2.2 Processos econômicos e pontos complementares do PPF	40
2.3 Os processos metodológicos do Projeto Paulo Freire	42
3. IMPACTOS DO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO E DE CAPACIDADES NAS COMUNIDADES ATENDIDAS	44
3.1 Público Alvo e suas limitações	47
3.2 Assistência Técnica e Políticas Públicas para a Agroecologia.....	52
3.3 Planos de Investimentos Produtivos (PIPs), Renda Familiar, e Segurança Alimentar	56
CONCLUSÃO	64
REFERÊNCIAS	66

INTRODUÇÃO

A perspectiva do presente trabalho foi promover a análise da sustentabilidade financeira e ecológica dos projetos produtivos agroecológicos familiares sob a perspectiva de políticas públicas rural que subsidiam a implementação das ações do Projeto de Desenvolvimento Produtivo e de Capacidades – Projeto Paulo Freire – executado pelo Governo do Estado do Ceará no cariri cearense. Buscou-se historicizar os principais projetos e programas que trabalharam o apoio aos agricultores com foco na sua implementação no Ceará.

Trazemos ainda nesse trabalho um apanhado sobre a importância da agricultura familiar e a sua forte ligação com a preservação ambiental e a sustentabilidade, uma vez que seus métodos de produção costumam ser mais próximos da natureza e menos dependentes de agrotóxicos e outros insumos químicos.

Elencamos mesmo que incipientemente nessa pesquisa o debate sobre a conceituação de políticas públicas, legadas por vários autores, de campos epistemológicos diferentes mas que convergem na perspectiva teórica de definir que políticas públicas são a priori um conjunto de ações e decisões do Estado que buscam solucionar ou minimizar problemas ou demandas sociais e que são implementadas por meio de programas, projetos e ações específicas, que podem envolver diferentes níveis e esferas de governo, bem como organizações da sociedade civil e do setor privado.

No transcurso desse texto adentramos sobre as principais políticas públicas de desenvolvimento rural e combate à pobreza que foram implementadas pelo governo do Estado do Ceará nas últimas décadas dando ênfase ao Projeto São José III que visa desenvolver a agricultura familiar por meio do acesso à água, assistência técnica, organização produtiva e inclusão social de comunidades rurais e descortinando com mais propriedade, pois é o nosso campo de estudo, o Projeto Paulo Freire que busca reduzir a pobreza e elevar o padrão de vida de agricultores familiares de 31 municípios, através do desenvolvimento do capital social e humano e da produção sustentável para aumento da renda.

Buscando atender aos objetivos específicos do processo investigativo delineados para o presente estudo, almejou-se analisar a metodologia de formatação do Projeto Paulo Freire, desenvolvido em colaboração com o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), e implementado pela Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA), órgão governamental responsável pela efetivação das políticas agrícolas e agrárias em todo o estado do Ceará.

Como eixo metodológico deste trabalho, a pesquisa se inicia com a pesquisa

bibliográfica e busca por dados secundários acerca das categorias de análise (Políticas Públicas e Agroecologia). Esses dados representam a plataforma inicial para o alinhamento das etapas seguintes da proposta investigativa. A segunda etapa consiste na pesquisa de campo, associada à realização de entrevistas semiestruturadas e, por fim, a elaboração do arcabouço teórico desta pesquisa.

Ainda no capítulo introdutório trazemos a discussão sobre a agroecologia como caminho para sistemas alimentares sustentáveis, sua abordagem é fundamental para o fortalecimento da agricultura familiar e para mitigar os impactos das mudanças climáticas no contexto do semiárido brasileiro. A agroecologia, enquanto uma ciência que integra conhecimentos e práticas agroecológicas, busca desenvolver sistemas agrícolas sustentáveis que não apenas preservem o meio ambiente, mas também promovam o bem-estar social e econômico das comunidades rurais.

No segundo capítulo dialogamos sobre a efetivação e alcance do Projeto Paulo Freire, essa política pública foi implementada no estado do Ceará em junho de 2013, com o propósito de promover a redução da pobreza rural na região semiárida do estado. Para alcançar esse objetivo, o projeto buscou estimular a inserção produtiva, o acesso a mercados, e o desenvolvimento de capital humano e social.

A geração de renda é o foco central do projeto, tanto no âmbito agrícola como não agrícola, com uma ênfase particular nos pequenos produtores rurais, comunidades quilombolas, indígenas e pescadores artesanais pertencentes a grupos vulneráveis. O projeto visa também apoiar as famílias chefiadas por mulheres e jovens, que constituem uma parcela significativa da população rural e os seus projetos produtivos devem dialogar com processos agroecológicos.

Fortalecendo as práticas tradicionais e por meio de inovações tecnológicas, o projeto Paulo Freire beneficiou cerca de 60 mil famílias de comunidades rurais carentes em uma área de aproximadamente 23.530 km, equivalente a 18,5 % da superfície terrestre do Estado do Ceará, que abrange 31 municípios nas 6 regiões de planejamento (Cariri, Sertão de Sobral, Sertão do Inhamuns, Sertão de Crateus, Serra de Ibiapaba e Litoral Oeste/Vale do Curu). Os investimentos do PPF somaram US\$ 94,9 milhões, sendo US\$ 40 milhões financiados pelo Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA).

As instituições multilaterais que financiaram o Projeto Paulo Freire (FIDA e Fundo Espanhol) demonstraram entusiasmo em relação ao projeto. De acordo com Hardi Vieira, oficial de programas do FIDA, o Projeto Paulo Freire foi altamente bem-sucedido. Além dos resultados na área produtiva, o projeto conseguiu envolver mulheres, jovens, comunidades tradicionais e públicos específicos, como quilombolas e indígenas (GURJÃO, 2019, sem

paginação).

É de grande importância trazer à tona a perspectiva das instituições multilaterais que financiam uma variedade de projetos de combate à pobreza em todo o mundo, como o FIDA e o Banco Mundial. Essa perspectiva será obtida por meio de entrevistas estruturadas realizadas durante esta pesquisa junto à Unidade de Gestão de Projeto (UGP) do Projeto Paulo Freire, técnicos e membros da comunidade. Será apresentado o papel dessas instituições e até que ponto o Governo do Estado do Ceará teve autonomia para implementar as diretrizes do Projeto Paulo Freire, além da relação com essas instituições multilaterais.

No terceiro capítulo deste trabalho, apresentamos uma visão geral dos principais e significativos impactos do Projeto Paulo Freire, incluindo a participação de mulheres e jovens em ações comunitárias, o acesso às políticas públicas e a adoção de práticas agroecológicas sustentáveis.

Este estudo culmina com o tópico da Conclusão, em que se faz um breve resgate dos pontos principais dessa pesquisa e colocam-se alguns apontamentos conclusivos sobre as políticas públicas de desenvolvimento rural conectadas com a agroecologia delineados em ações significativas no Projeto Paulo Freire.

1. JANELAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR: POLÍTICAS PÚBLICAS RURAIS E SUA HISTORICIDADE

Agricultura familiar e políticas públicas tem se constituindo como categorias analíticas importantes para a compreensão do mundo rural no Brasil nas últimas décadas, sendo necessário pontuar que há uma pluralidade de conceitos quando tratamos de agricultura familiar, segundo Altafin (2005), a agricultura familiar brasileira é um conceito em evolução, com significativas raízes históricas e ligadas à produção camponesa tradicional.

Ainda segundo Altafin (2005), em seu livro "Agricultura Familiar: realidades e perspectivas", a agricultura familiar é definida como "uma forma de organização do trabalho agrícola, na qual o empreendimento é conduzido por uma família, com o objetivo de gerar renda e autoconsumo, baseado na utilização de mão de obra familiar e com a possibilidade de mobilização do trabalho assalariado".

Altafin (2005) alega que a agricultura familiar se caracteriza por ser uma atividade que se baseia na relação de trabalho entre a família e a terra, em que a propriedade é utilizada como meio de produção e fonte de renda para a família. Além disso, a autora destaca que a agricultura familiar é uma atividade que envolve uma série de práticas agrícolas tradicionais, como a rotação de culturas, o manejo agroecológico, a conservação da biodiversidade e a preservação dos recursos naturais.

Para a autora, a agricultura familiar é uma importante atividade econômica e social, que contribui para a segurança alimentar, para a preservação do meio ambiente e para a geração de emprego e renda nas áreas rurais. Por isso, a promoção de políticas públicas voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar é fundamental para a promoção do desenvolvimento rural sustentável e para a redução da pobreza e das desigualdades no campo.

Guerra et al. (2007) definem agricultura familiar como um modo de produção agrícola baseado em unidades familiares, em que a família é a principal responsável pelo trabalho e pela gestão da propriedade, com participação ativa de membros em todas as etapas do processo produtivo. Essas unidades familiares possuem uma dimensão econômica, social e cultural, e estão enraizadas em comunidades rurais.

De acordo com a definição dos autores, a agricultura familiar é caracterizada por uma série de elementos, como a propriedade ser de uso exclusivo da família, a mão de obra ser majoritariamente familiar, a gestão ser compartilhada pelos membros da família, a produção ser diversificada e em pequena escala, e a propriedade estar inserida em uma comunidade rural. A agricultura familiar é vista como um modo de produção sustentável e de grande importância

social e econômica em muitos países.

Já para Maria de Nazareth Baudel Wanderley (2009) agricultura familiar é um conjunto de atividades produtivas realizadas em propriedades rurais de pequeno e médio porte, onde a família é a principal responsável pelo trabalho e pela gestão da propriedade. Essas atividades têm como objetivo atender às necessidades de subsistência da família e também gerar excedentes para comercialização.

De acordo com a autora, a agricultura familiar tem uma forte dimensão social e cultural, estando vinculada a práticas tradicionais e à preservação de valores locais. Além disso, é uma atividade que está inserida em um contexto mais amplo, que envolve a dinâmica econômica, social e ambiental do meio rural.

A agricultura familiar, segundo Wanderley (2009), possui uma série de características que a diferenciam da agricultura empresarial, como a gestão compartilhada pelos membros da família, a produção diversificada em pequena escala, a utilização de mão de obra predominantemente familiar, e a propriedade rural como um patrimônio familiar transmitido de geração em geração.

A autora destaca ainda que a agricultura familiar é um importante setor produtivo em diversos países, contribuindo para a segurança alimentar, a geração de emprego e renda, a conservação ambiental e a redução da pobreza no meio rural. Por isso, é fundamental que a agricultura familiar seja valorizada e apoiada por políticas públicas adequadas, de forma a garantir a sua sustentabilidade e o seu papel estratégico no desenvolvimento rural.

No que tange ao debate sobre políticas públicas é importante trazer as ponderações de Maria das Graças Rua (2005) segundo ela, políticas públicas são "ações coletivas desenvolvidas pelo Estado, por meio de seus diversos níveis e poderes, e orientadas para o atendimento das demandas e necessidades da sociedade".

Em outras palavras, políticas públicas são decisões tomadas pelo Estado para enfrentar problemas ou desafios que afetam a sociedade como um todo, e que exigem a intervenção do poder público para sua solução. Essas políticas podem estar relacionadas a áreas como saúde, educação, segurança, meio ambiente, transporte, habitação, entre outras.

A autora enfatiza que a formulação e implementação de políticas públicas envolvem uma série de atores e processos, que vão desde a identificação dos problemas e demandas sociais até a avaliação dos resultados alcançados. Além disso, as políticas públicas são influenciadas por diversos fatores, como o contexto político, social e econômico em que são formuladas, bem como pelos interesses e valores dos diversos atores envolvidos no processo.

Segundo Pitanguari e Lima (2005), políticas públicas são ações do Estado que têm

como objetivo solucionar problemas ou atender demandas da sociedade em determinadas áreas, como saúde, educação, segurança, meio ambiente, desenvolvimento econômico, entre outras.

Essas políticas podem se manifestar de diversas formas, como programas, projetos, leis, regulamentações, investimentos em infraestrutura, entre outras. Elas são criadas e implementadas pelo poder público, e visam ao interesse público, ou seja, ao bem-estar e ao desenvolvimento da sociedade como um todo.

Como descrito por Pitanguari e Lima (2005) as políticas públicas não são neutras, ou seja, elas não são imparciais em relação aos grupos e interesses envolvidos. Elas são resultado de disputas e negociações entre diferentes grupos da sociedade, que têm interesses e visões de mundo distintas. Portanto, as políticas públicas refletem, em certa medida, as relações de poder e as diferentes concepções de desenvolvimento e de justiça social presentes na sociedade.

A legislação brasileira define a propriedade familiar rural como aquela em que a gestão é feita predominantemente pela família, e a mão de obra utilizada é predominantemente do núcleo familiar. De acordo com a Lei nº 11.326/2006, que trata da agricultura familiar, a propriedade familiar rural é aquela explorada por agricultores familiares, que são definidos como pessoas físicas que praticam atividades no meio rural, atendendo a alguns requisitos, tais como: Não ter área superior a quatro módulos fiscais; utilizar predominantemente mão de obra da família e ter a renda familiar originada principalmente da exploração agropecuária da propriedade.

A propriedade familiar rural é uma categoria definida pela legislação brasileira como forma de reconhecer a importância da agricultura familiar na produção de alimentos e no desenvolvimento rural do país, e de estabelecer políticas públicas específicas para esse segmento da agricultura. Essa categoria teve com a criação do Programa Nacional da Agricultura Familiar a sua consolidação.

Cabe ressaltar que o PRONAF foi um divisor de águas no que tange as políticas públicas para a agricultura familiar, mas é importante focalizar que a agricultura familiar no Brasil não começou a existir a partir do PRONAF em 1995 (PEREIRA, 2018), algumas outras ações de políticas agrícola e agrária, já eram, mesmo que timidamente, desenvolvidas podemos destacar o Programa Nacional de Crédito Rural (PNCR), criado em 1973, que tinha como objetivo principal o financiamento da atividade agropecuária, inclusive para a agricultura familiar. No entanto, o PNCR não apresentava linhas de crédito específicas para a agricultura familiar, o que dificultava o acesso dos agricultores familiares aos recursos disponíveis.

Outra política importante para a agricultura familiar foi a criação do Programa de

Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), em 1979. O programa buscava levar conhecimentos técnicos aos agricultores familiares para melhorar a produtividade e a qualidade dos produtos, bem como a renda dos agricultores. No entanto, o programa não contava com recursos suficientes para atender adequadamente à demanda da agricultura familiar (PEREIRA, 2018).

Além disso, outros programas e políticas foram criados ao longo das décadas de 1980 e 1990, tais como o Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (PROCERA), o Programa de Redes de Pesquisa Agropecuária (PNPA) e o Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregados (PRODEC). Essas políticas tinham como objetivo apoiar a produção e a organização dos agricultores familiares, mas apresentavam limitações em termos de recursos, alcance e efetividade.

Portanto, apesar de existirem algumas políticas públicas voltadas para a agricultura familiar antes do PRONAF, elas não eram suficientes para atender às demandas e necessidades desse setor da agricultura de maneira adequada. O PRONAF foi criado para suprir essa lacuna e se tornou uma das principais políticas de apoio à agricultura familiar no Brasil.

O Grito da Terra Brasil¹ teve um papel fundamental na criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), lançado em 1996. A CONTAG² foi uma das principais organizações a pressionar o governo para a criação do programa, que tinha como objetivo fornecer crédito para os agricultores familiares com juros mais baixos do que os praticados pelo mercado.

As reivindicações apresentadas pela CONTAG durante as mobilizações do Grito da Terra Brasil foram decisivas para a formulação do PRONAF. Através das pautas apresentadas pela confederação, foram definidos os principais pontos do programa, como a destinação de recursos financeiros para os agricultores familiares, a criação de linhas de crédito específicas, a redução dos juros, a simplificação dos processos de acesso ao crédito, entre outros (FERNANDES, 2012).

Além disso, a CONTAG participou ativamente do processo de implementação do PRONAF, ajudando a definir os critérios de elegibilidade dos agricultores, orientando sobre a documentação necessária para a obtenção do crédito e monitorando a execução do programa. Dessa forma, o Grito da Terra Brasil da CONTAG teve uma importância crucial para a criação

¹ O Grito da Terra Brasil é uma mobilização anual promovida pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) desde 1995, com o objetivo de reivindicar melhorias para a agricultura familiar brasileira.

² A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura é uma entidade brasileira criada em 1964 para representar os trabalhadores rurais, através das federações estaduais que, por sua vez, reúnem os sindicatos dos trabalhadores rurais de cada município

e implementação do PRONAF.

Cabe enfatizar que, na esfera das políticas sociais para a agricultura familiar, uma ação precursora foi a inclusão dos trabalhadores em regime de economia familiar no sistema de seguridade social pela Constituição Federal de 1988 (Delgado, 2014). Esta medida antecipa o próprio reconhecimento político da categoria agricultura familiar que iria ocorrer em meados da década de 1990 (GRISA e SCHNEIDER, 2015).

É importante mencionar ainda como enfatiza Grisa e Schneider (2015) que outras frentes de luta estavam sendo erguidas na construção de políticas públicas para a agricultura familiar, tais como:

A criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em 1999, e da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) no interior deste em 2001, institucionalizaram a dualidade da estrutura agrária e fundiária no país; e, em 2006, foi regulamentada a Lei da Agricultura Familiar que reconheceu a categoria social, definiu sua estrutura conceitual e passou a balizar as políticas públicas para este grupo social (GRISA e SCHNEIDER, p.20 2015).

Outra política pública criada pelo governo federal foi o Programa Garantia-Safra³ em 2002, de acordo com Silva (2016, p. 43), "o Garantia-Safra foi criado com o objetivo de garantir a segurança alimentar e a renda dos agricultores familiares que vivem em municípios sujeitos a perda de safra em decorrência de seca ou excesso de chuvas".

O programa Garantia-Safra é uma ação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e tem como principal objetivo fornecer uma proteção financeira aos agricultores que vivem em regiões afetadas por esses fenômenos climáticos. Com a adesão ao programa, os agricultores contribuem com uma pequena quantia e, em caso de perda da safra, recebem um benefício financeiro para garantir o sustento de suas famílias.

Em 2003 o Governo do Presidente Lula implementa o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA⁴, coordenado nacionalmente pela Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB. O PAA é considerado como uma das principais ações estruturantes do Programa Fome Zero, constitui um mecanismo complementar ao Programa Nacional de Agricultura Familiar – Pronaf, uma vez que garante a compra de parte da produção da agricultura familiar (JUNQUEIRA e LIMA, 2008)

³ O Garantia-Safra é voltado para os agricultores familiares que possuem renda de até 1,5 salário mínimo e que plantam entre 0,6 e 5 hectares de feijão, milho, arroz, mandioca, algodão ou outras culturas definidas pelo programa em cada estado. O benefício é pago com recursos do Fundo Garantia-Safra, formado por contribuições da União, dos estados, dos municípios e dos próprios agricultores.

⁴ O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é uma importante política pública que contribui para o fortalecimento da agricultura familiar no Brasil. Isso porque o PAA tem como objetivo principal a compra de alimentos produzidos pela agricultura familiar para serem distribuídos a pessoas em situação de vulnerabilidade alimentar, ao mesmo tempo em que estimula a produção e a comercialização dos alimentos produzidos pelos agricultores familiares (MDS, 2015)

Ainda em 2003 é também criado o Programa de Habitação Rural (PNHR)⁵, de acordo com Grisa e Schneider (2015) o objetivo dessa política pública é de garantir subsídios financeiros para a aquisição de materiais para a construção ou conclusão/reforma/ampliação de unidades habitacionais de agricultores familiares e trabalhadores que atendam aos critérios estabelecidos pelo PRONAF.

Em 2008 o Governo Federal criou o Programa Territórios da Cidadania (PTC) que objetivava promover o desenvolvimento rural sustentável e a inclusão social de agricultores familiares e comunidades tradicionais em áreas vulneráveis, denominadas de "territórios rurais".

De acordo com Carvalho (2010) o PTC surgiu como uma resposta à necessidade de integração e coordenação de ações de diferentes políticas públicas em áreas rurais que enfrentavam desafios comuns, como a pobreza, a baixa renda, a falta de infraestrutura e serviços públicos, a dificuldade de acesso a crédito e a falta de oportunidades de trabalho e renda. O programa foi concebido como uma ação intersetorial e integrada, que envolve diferentes órgãos do governo e parceiros locais, e tem como principal objetivo fortalecer a agricultura familiar e outras atividades produtivas em áreas rurais, promovendo a diversificação produtiva, o acesso a mercados e a melhoria da qualidade de vida das famílias.

Segundo Bocayuva (2017) entre as principais ações do PTC, destacam-se o apoio à organização de produtores e comunidades rurais, a implantação de infraestrutura básica e social, a oferta de assistência técnica e extensão rural, a promoção de capacitação e formação, o acesso a crédito rural e a inclusão digital.

Conforme Calegari (2018) o programa foi implementado em mais de 800 territórios rurais em todo o Brasil, beneficiando milhares de famílias e contribuindo para a redução da pobreza e da desigualdade no campo. No entanto, o PTC foi encerrado em 2015, sendo sucedido pelo Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT).

É importante mencionar que as políticas de apoio à agricultura familiar foram ao longo dos governos do PT integradas a outras políticas públicas que buscavam a redução da pobreza e das desigualdades sociais, como as políticas de assistência social, de saúde, de educação, entre outras.

Dentre as políticas de assistência social podemos mencionar o programa Bolsa Família que foi criado em 2003 pelo governo federal brasileiro, durante o primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Para André Singer (2012) a importância do Bolsa Família

⁵Atualmente o Programa Nacional de Habitação Rural faz parte do Programa Minha Casa, Minha Vida, criado em 2009, contribuindo para a melhoria de infraestruturas e para o bem-estar das famílias rurais.

está relacionada à redução da pobreza e da desigualdade social, ao promover a transferência direta de recursos para famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, que muitas vezes não têm condições de suprir suas necessidades básicas, como alimentação, saúde e educação. Segundo Singer, "o Bolsa Família é um programa de transferência de renda que tem o potencial de transformar a política social no país" (SINGER, 2012, p. 105).

A redução da pobreza com a chegada do Bolsa Família foi significativa. Desde a sua criação, em 2003, o programa tem sido um dos principais instrumentos de combate à pobreza e à desigualdade no Brasil. Segundo dados do Ministério da Cidadania, entre 2003 e 2018, a extrema pobreza no país foi reduzida em cerca de 60%, passando de 10,5% para 4,2% da população. Além disso, a pobreza também teve uma redução significativa, passando de 34,2% para 21,2% da população no mesmo período.

É importante ressaltar que desde o início do governo Bolsonaro, o Brasil enfrentou um aumento significativo da pobreza e da fome. A pandemia de COVID-19, que começou em 2020, agravou ainda mais a situação social e econômica do país.

De acordo com dados da Fundação Getúlio Vargas (FGV), em 2020, a pobreza extrema no país aumentou em 12,8 milhões de pessoas, atingindo um total de 27,2 milhões de brasileiros. Isso significa que cerca de 13% da população do país está vivendo em extrema pobreza, com renda mensal per capita inferior a R\$ 246. Além disso, a pobreza em geral também aumentou, atingindo cerca de 25% da população brasileira (FGV,2020).

A fome também tem sido um problema crescente no país. Segundo o relatório "Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Mundo", publicado em 2021 pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), cerca de 19 milhões de brasileiros passaram fome em 2020, um aumento de quase 10 milhões em relação a 2018 (FAO,2021).

Vale mencionar ainda que o governo Bolsonaro adotou medidas polêmicas na área social, como o corte de investimentos em programas de combate à pobreza e à fome, a redução do valor do auxílio emergencial durante a pandemia e o enfraquecimento das políticas de segurança alimentar e nutricional. Isso tem gerado críticas e preocupações por parte de organizações e especialistas em direitos humanos e desenvolvimento social.

1.1 O Estado do Ceará e suas iniciativas

O Estado do Ceará, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, conta com uma população de cerca de 9,2 milhões de pessoas (IBGE, 2021). Em relação à distribuição da população entre zona rural e urbana, de acordo com a última estimativa do

IBGE, cerca de 16,7% da população do estado do Ceará vivia em áreas rurais, o que corresponde a aproximadamente 1,5 milhão de pessoas, enquanto cerca de 83,3% vivia em áreas urbanas, o que corresponde a aproximadamente 7,7 milhões de pessoas.

O Estado do Ceará é responsável por menos de 2% do PIB nacional e 15% do PIB nordestino, está localizado na região nordestina, que, historicamente, apresenta indicadores sociais inferiores aos do Brasil. Em relação aos outros estados brasileiros, o Ceará aparece em 22º na colocação do IDH dos estados, 23º no ranking da renda per capita e 22º no de expectativa de vida. Ademais, 87% de sua área está na região semiárida e a Região Metropolitana de Fortaleza concentra 41,7% da população e gera mais de 60% do PIB estadual (IPECE, 2010)

De acordo com a PNADC⁶, no 4º trimestre de 2020, a taxa de pobreza extrema (renda per capita inferior a R\$ 246) no Ceará era de 5,9% na área urbana e 25,5% na área rural. Já a taxa de pobreza (renda per capita inferior a R\$ 436,00) era de 23,4% na área urbana e 53,4% na área rural. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2020, a taxa de pobreza do Ceará era de 50,3%. Esse índice indica a proporção de pessoas que viviam com renda inferior a R\$ 436,00 por mês, considerado o limite de pobreza⁷ definido pelo Banco Mundial.

O Estado do Ceará apresenta uma histórica concentração de terra nas mãos de poucos proprietários rurais. Segundo dados do Censo Agropecuário de 2017, cerca de 1% dos estabelecimentos rurais detém aproximadamente 47% da área total dos imóveis rurais do estado. Por outro lado, mais de 70% dos estabelecimentos rurais possuem áreas menores que 10 hectares, totalizando somente 5% da área total dos imóveis rurais (IBGE, 2017).

Além disso, a concentração de terra no Ceará está diretamente relacionada à exclusão social e econômica de uma grande parcela da população rural. A falta de acesso à terra e aos recursos produtivos tem sido apontada como um dos principais fatores que contribuem para a pobreza e a desigualdade no meio rural cearense (SILVA, 2002).

É muito pertinente as ponderações de Rikardy Tooge (2019) quando afirma que:

A estrutura agrária do Ceará é produto dessa relação colonial que utiliza a terra para a criação de gado, estimulando a pecuária, fortalecendo o ciclo econômico do couro e ampliando a correlação de forças para o latifúndio em detrimento de uma maior participação dos agricultores familiares (TOOGE, 2019).

⁶ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) de 2020, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

⁷ O Banco Mundial define o limite de pobreza com base em um indicador de pobreza internacional, que estabelece uma linha de pobreza global de US\$ 1,90 por dia, em termos de paridade do poder de compra (PPC) de 2011. Esse limite é utilizado para monitorar a pobreza em escala global e é atualizado regularmente para refletir as mudanças no custo de vida e nas tendências de consumo. Vale ressaltar que o limite de pobreza pode variar de acordo com o país e com as circunstâncias locais (RAVALLION, 2008).

Na perspectiva de Araújo (2003), para alcançar a redução das desigualdades e a pobreza extrema no estado do Ceará, era fundamental implantar políticas públicas mais terminantes, principalmente no que se refere ao apoio à interiorização do desenvolvimento e uma maior participação das comunidades rurais.

Na tentativa de reduzir essa concentração fundiária e conseqüentemente a pobreza em especial no meio rural, o estado do Ceará desenvolveu ao longo das últimas décadas políticas públicas que visavam a redução da pobreza rural e o desenvolvimento das atividades agrícola e agrárias. Dentre essas ações podemos mensurar o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor (PAPP) no Ceará que foi criado em 1979, durante o governo de Virgílio Távora, com o objetivo de incentivar a produção agrícola, estimular a organização das comunidades rurais e melhorar as condições de vida dos pequenos produtores rurais.

Conforme Farias (2005) o PAPP previa a concessão de crédito e assistência técnica aos pequenos produtores rurais do estado, bem como a realização de obras de infraestrutura para o desenvolvimento da atividade agropecuária. O programa tinha como base a organização dos pequenos produtores em associações e cooperativas, de forma a garantir a participação ativa das comunidades rurais nas ações propostas.

Em 1997 o governador do Estado do Ceará, Tasso Jereissati criou o Programa de Reforma Agrária de Mercado (PRAM). Esse programa visava promover a redistribuição de terras através de um mecanismo de mercado, ou seja, em vez de desapropriar terras e distribuí-las gratuitamente aos agricultores sem-terra, o governo comprava as terras de grandes proprietários e as vendia a preços acessíveis aos pequenos agricultores. Os agricultores beneficiados pelo programa recebiam um título de propriedade da terra adquirida, que poderia ser utilizado como garantia para obter financiamentos (PORTO-GONÇALVES, 2016).

O PRAM foi implementado em meio a críticas de movimentos sociais e de organizações que defendiam a reforma agrária gratuita, especialmente a FETRAECE⁸. Alguns argumentavam que o programa beneficiaria principalmente grandes produtores, que poderiam vender suas terras ao governo por preços inflacionados. Outros afirmavam que a aquisição de terras não resolvia os problemas de pobreza e exclusão social no campo, e que a reforma agrária deveria ser acompanhada de políticas de desenvolvimento rural.

Carlos Walter Porto-Gonçalves (2016) enfatiza que PRAM promoveu uma reforma agrária limitada a uma lógica mercantil, sem transformar efetivamente as estruturas de poder no campo e sem promover mudanças significativas na vida dos trabalhadores rurais. Segundo

⁸ Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Ceará

ele, o programa contribuiu para a manutenção da concentração fundiária e para a perpetuação de relações de exploração e exclusão social

Apesar das críticas, o PRAM conseguiu realizar a compra de várias propriedades rurais e a distribuição de terras a pequenos agricultores no estado do Ceará. No entanto, o programa teve curta duração e foi suspenso após a saída de Tasso Jereissati do governo.

Em 1995 o PAPP foi transformado em Projeto São José, o projeto teve como base a experiência bem-sucedida do Programa Alvorada, implementado na década de 1990, que buscava aprimorar a gestão dos recursos públicos destinados à promoção do desenvolvimento rural (ALMEIDA, 2003).

Segundo Khan e Silva (2005) o principal objetivo da proposição era a implementação de ações de desenvolvimento sustentável, com ampla participação das comunidades, cuja finalidade era aumentar o acesso das populações rurais mais pobres às atividades de geração de emprego e renda, bem como o provisionamento de infraestrutura e serviços sociais basilares como meios para a atenuação da pobreza rural.

O Projeto São José foi idealizado como um programa de cooperação técnica e financeira entre o governo do Ceará e o Banco Mundial, com o objetivo de financiar projetos de infraestrutura rural, capacitação técnica e organização comunitária. Entre as principais ações desenvolvidas pelo projeto, destacam-se a construção de estradas vicinais, a instalação de sistemas de abastecimento de água, a capacitação de agricultores e a formação de associações comunitárias.

O projeto foi um marco na promoção do desenvolvimento rural no Ceará e serviu de inspiração para a criação de projetos similares em outros estados do Brasil. Ao longo dos anos, o Projeto São José passou por diversas reformulações e atualmente é coordenado pela Secretaria do Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará, com o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

A autora Ana Cristina de Oliveira Medeiros, (2003) em seus estudos sobre a governança e a participação social no Projeto São José, destaca a importância da participação dos beneficiários do projeto na definição das políticas e ações implementadas, como forma de garantir uma gestão mais democrática e eficiente dos recursos públicos destinados ao desenvolvimento rural.

Em um relatório de 2009, o BIRD⁹ elogiou os esforços do governo do Ceará em

⁹ O BIRD (Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento) é uma instituição financeira internacional criada em 1944 para reconstruir e desenvolver países afetados pela Segunda Guerra Mundial. Atualmente, o BIRD faz parte do Grupo Banco Mundial e tem como objetivo principal a redução da pobreza e o desenvolvimento

promover a participação das comunidades rurais no projeto e melhorar a gestão e monitoramento dos recursos públicos destinados ao desenvolvimento rural. O relatório também destacou a importância de uma abordagem participativa e integrada na implementação do projeto, com a coordenação e cooperação entre diferentes setores governamentais e a sociedade civil.

O relatório¹⁰ do BIRD destacou ainda a importância do Projeto São José para o desenvolvimento rural do Ceará e para a redução da pobreza nas áreas rurais do estado. Também elogiou as iniciativas de participação social e de fortalecimento das organizações comunitárias no projeto, bem como a melhoria da gestão e monitoramento dos recursos públicos destinados ao desenvolvimento rural (BIRD, 2009).

Em 2004 o Governo do Estado do Ceará lança o Programa Agente Rural - PAR que consistia em oferecer capacitação em diversas áreas, como gestão de negócios rurais, produção agroecológica, diversificação da produção e organização comunitária. Os agentes rurais capacitados pelo programa eram moradores das próprias comunidades atendidas, o que garantia uma maior identificação com as demandas locais e uma maior facilidade na comunicação e na implementação das ações propostas.

Para Beduschi Filho (2015) a importância do PAR para a extensão rural no Ceará reside no fato de que ele permitiu a criação de uma rede de agentes rurais capacitados e comprometidos com o desenvolvimento sustentável de suas comunidades. Essa rede atuou como um canal de comunicação efetivo entre as comunidades rurais e as instituições governamentais e não-governamentais responsáveis pelo desenvolvimento rural no estado.

Além disso, segundo Oliveira (2010) o programa contribuiu para o fortalecimento da agricultura familiar e para a promoção de práticas sustentáveis de produção agropecuária e agroflorestal. Com isso, o Programa Agente Rural, arremata Oliveira (2010) teve um papel fundamental na melhoria da qualidade de vida e na valorização das comunidades rurais no Ceará.

Em 2013 o Governo do Ceará lança o Projeto de Desenvolvimento Produtivo e Capacidades – Programa Paulo Freire, o PPF foi o primeiro acordo de empréstimo (Nº I-882-BR & E-17-BR) entre o governo do Estado do Ceará e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola – FIDA, no valor de USD 94,9 milhões, sendo USD 40 milhões do

sustentável em países em desenvolvimento por meio do financiamento de projetos, da cooperação técnica e da assessoria em políticas públicas

¹⁰ O relatório também apontou desafios e limitações a serem enfrentados pelo projeto, como a necessidade de ampliar o acesso dos agricultores familiares a mercados e tecnologias, a garantia da sustentabilidade das atividades desenvolvidas e a promoção da inclusão social e participação das comunidades rurais (BIRD,2009)

FIDA, USD 40 milhões do governo estadual e USD 14,9 milhões de contrapartida dos beneficiários (MIP, 2013).

De acordo com o RCP¹¹ (2022) a área de atuação do projeto compreendeu 31 municípios com os menores índices de desenvolvimento humano – IDH, beneficiando 600 comunidades rurais do semiárido e 54.999 famílias. Desse total, 28.567 são representadas por mulheres; 8.770 por jovens; 726 quilombolas; 651 de pescadores artesanais e 112 indígenas. Inicialmente o prazo de execução foi de 6 anos, sendo prorrogado por mais 30 meses. A execução em campo finalizou em dezembro de 2021 e o encerramento financeiro foi em junho de 2022.

Ao longo dos próximos capítulos iremos adentrar as discussões sobre a formatação e capilaridade do Projeto Paulo Freire tendo como eixo a perspectiva de que essa política pública está inserida na estratégia de desenvolvimento rural do Estado do Ceará, assim como a experiência e a metodologia desenvolvidas no PPF serviram de referências para outros projetos implementados no âmbito da Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA) do Ceará, tendo como eixo norteador nesse trabalho as práticas agroecológicas e de gestão sustentável dos recursos naturais como linha diretriz do Projeto Paulo Freire.

1.2 Agroecologia e gestão dos recursos naturais nas políticas públicas rurais

Nas últimas décadas, tem havido um progresso significativo no campo do conhecimento agroecológico e orgânico, o que se deve em grande parte à integração dos saberes tradicionais dos agricultores e dos povos e comunidades tradicionais com o conhecimento científico. Esses avanços têm sido refletidos em várias iniciativas de políticas públicas nos projetos financiados pelas entidades multilaterais, como também nos setores de ensino superior e formação profissional, evidenciados pelo direcionamento das pesquisas, pelos métodos e metodologias de extensão rural e pelo aumento das técnicas e tecnologias de suporte à transição agroecológica (Brasil, 2013b).

Este fenômeno é resultado de um processo de valorização e reconhecimento dos conhecimentos locais, que permite uma abordagem mais holística e interdisciplinar na produção de alimentos. O diálogo entre a ciência e os saberes tradicionais tem possibilitado a elaboração de soluções mais sustentáveis e adequadas aos contextos locais, contribuindo para a construção de sistemas alimentares mais resilientes e equitativos (TROVATTO et al., 2015).

Conforme o professor Vanderley Porfírio (2009) a agroecologia tem suas raízes

¹¹ Relatório de Conclusão do Projeto (RCP)

históricas nas práticas agrícolas tradicionais e na resistência camponesa aos processos de modernização da agricultura durante o século XX. Nos anos 30 e 40, surgiram na Europa movimentos como a "agricultura natural" de Masanobu Fukuoka, no Japão, e a "biodynamic farming" de Rudolf Steiner, na Alemanha. Esses movimentos buscavam desenvolver sistemas agrícolas mais sustentáveis e em harmonia com a natureza, valorizando a diversidade biológica e os ciclos naturais.

Segundo Miguel Altieri (2002) nos anos 60 e 70, a agroecologia foi influenciada pelo movimento ecologista e pelos movimentos sociais camponeses. Na América Latina, a teoria agroecológica começou a se desenvolver com as reflexões de pesquisadores como Miguel Altieri, que propunha uma abordagem ecológica para a agricultura que incorporasse os conhecimentos e práticas dos agricultores locais.

A década de 80 marcou um período de intensificação dos debates e da pesquisa em agroecologia. A Conferência Internacional sobre Agricultura Sustentável e Segurança Alimentar, em 1985, foi um marco importante para a consolidação da agroecologia como campo de conhecimento. A partir desse momento, a agroecologia passou a ser vista como uma abordagem científica que visa entender e promover a sustentabilidade dos sistemas agrícolas, baseando-se nos princípios da ecologia e dos saberes locais (ALTIERI 2002).

A agroecologia, segundo Petersen (2009) tem se desenvolvido como um campo interdisciplinar que busca integrar a ciência e os saberes tradicionais, tendo como objetivo a construção de sistemas alimentares mais justos e sustentáveis, buscando entender os processos ecológicos que regulam a produção de alimentos, as interações entre plantas, animais, solo e clima, e as relações sociais e econômicas que afetam a agricultura.

Hoje, a agroecologia é reconhecida como uma das principais abordagens para a promoção de sistemas alimentares mais sustentáveis e justos em todo o mundo. A integração dos saberes tradicionais com a ciência tem sido fundamental para o desenvolvimento da agroecologia, que busca valorizar e fortalecer as práticas locais, construindo uma agricultura mais diversa e adaptada às realidades locais (PETERSEN, 2009, p. 25).

O desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a promoção de práticas agroecológicas e orgânicas tem sido crucial para avançar nessa direção. Além disso, a ampliação do acesso a técnicas e tecnologias de suporte à transição agroecológica é fundamental para que os produtores possam adotar práticas mais sustentáveis em suas propriedades.

Em um ambiente desafiador como o Ceará, que está inserido no semiárido nordestino, é crucial que as políticas públicas de desenvolvimento rural estejam buscando boas práticas agrícolas e inovações técnicas para aumentar a produção e a renda dos agricultores

familiares, facilitando o acesso a serviços essenciais (capacitação, crédito rural e assistência técnica, com atenção especial às tecnologias adaptadas ao clima), fortalecendo suas organizações e conectado aos mercados (FIDA – ONU Brasil, 2020) eis a missão do Projeto Paulo Freire da qual nos propomos a analisar.

2. IMPLEMENTAÇÃO E CAPILARIDADE DO PROJETO PAULO FREIRE

A luta pela construção do Projeto de Desenvolvimento Produtivo e de Capacidades – Projeto Paulo Freire – não foi uma decisão unicamente governamental. Grande parte desse cenário só foi possível graças à criação da SDA – Secretária do Desenvolvimento Agrário, estrutura organizacional do Governo do Estado do Ceará criada através da Lei Nº. 13.875 de 07, de fevereiro de 2007. A formatação dessa estrutura institucionalizada foi fruto da luta dos movimentos camponeses do Ceará, em especial da FETRAECE – Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado do Ceará, do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST e do setor rural da Central Única dos Trabalhadores – CUT, os quais defenderam junto ao então governador Cid Gomes, uma secretaria nos moldes do MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário, criado para abrigar as políticas agrárias e agrícolas da Agricultura Familiar e impulsionar a promoção do desenvolvimento sustentável do segmento rural.

A gênese do Projeto Paulo Freire advém muito desse tensionamento que os movimentos rurais fizeram para colocar a sua pauta na ordem do dia e sensibilizar os entes federados a um olhar diferenciado para a agricultura familiar e para a sustentabilidade ambiental, não somente para o agronegócio.

Essa colisão de interesses e a construção de uma significativa força dos movimentos rurais dentro da SDA foi extremamente necessária para aprovar e consolidar o Projeto. O intuito era que pudesse romper com o modelo de agricultura cada vez mais artificializado, que buscava uma expansão desmedida de grandes fazendas de monocultoras, que operam exclusivamente pela economia de escala, mirando cegamente um crescimento sem precedentes dos fluxos internacionais das commodities agrícolas. Nesse modelo, promovido pela ordem econômica neoliberal e pela crescente mercantilização da agricultura, impera a disseminação da racionalidade do empreendedorismo capitalista no campo. Em vez disso, o projeto Paulo Freire prioriza uma economia justa e solidária, que fortaleça as relações sociais de reciprocidade no campo.

O que podemos perceber nesse momento embrionário do Projeto Paulo Freire é uma decisão do conjunto de atores sociais e governamentais que tocam a proposta. Uma luta

na defesa da recampesinização¹² do mundo rural cearense. Na ótica desses atores, as saídas para um outro modelo de agricultura são coletivas e passam necessariamente pela organização dos agricultores e pelo estabelecimento de formas solidárias de relacionamento em sociedade. Uma vez o problema das sociedades:

Enraíza-se em como estas estão organizadas em seus processos de produção e consumo, isto é, em suas vidas nas cidades e no campo, suas moradias, seus sistemas de cultivo e fontes de alimentação, seus meios de transporte, suas formas de comunicação, vestuário, saúde etc. (ACOSTA E BRAND, 2018, p. 104).

Há claramente no seio desse debate um diálogo que visa discutir um novo modelo de desenvolvimento, que se propõe a restabelecer o papel do Estado por meio da disponibilização de políticas públicas (agrícolas, sociais e estruturais) que tenham como foco principal a valorização da agricultura familiar.

De acordo com o manual¹³ de implementação do Projeto Paulo Freire, que é uma espécie de compêndio que contém as últimas atualizações do marco referencial do Projeto e que descreve os diversos processos administrativos e gerenciais, as responsabilidades pela condução desses processos, os procedimentos e documentos-padrão utilizados na execução do PPF a área de atuação do Projeto compreende uma extensão de aproximadamente 23.530 Km², equivalente a 18,5% da área do Estado do Ceará, e abrange 31 municípios de 6 territórios – Cariri (Altaneira, Antonina do Norte, Araripe, Assaré, Campos Sales, Nova Olinda, Potengi, Salitre, Santana do Cariri, Tarrafas), Sertão dos Inhamuns (Aiuaba, Arneiroz, Parambu, Quiterianópolis, Tauá), Sertão dos Crateús (Hidrolândia e Ipueiras), Sertão de Sobral (Coreaú, Frecheirinha, Graça, Massapê, Moraújo, Mucambo, Pacujá, Pires Ferreira, Reriutaba, Senador Sá, Sobral rural e Varjota), Serra da Ibiapaba (Ipu) e Litoral Oeste/ Vale do Curu (Irauçuba).

Os critérios de seleção dos municípios escolhidos pela Secretaria de Desenvolvimento Agrário e pelo FIDA foram:

- (i) alta incidência de pobreza rural (entre 30,3% e 56,4% da população rural em condição de pobreza extrema) com moradores em situação de insegurança alimentar;
- (ii) presença de potencial para o desenvolvimento de práticas produtivas sustentáveis, agrícolas e não agrícolas, diversificadas e com potencial de crescimento;
- (iii) presença de um contexto favorável no âmbito das políticas públicas para a população rural que têm como alvo o desenvolvimento rural e a redução da pobreza;
- (iv) ausência de outros projetos financiados pelo FIDA na região (RELATÓRIO PRINCIPAL DO PPF, 2017, p.9).

¹² A recampesinização, noção proposta por Jan Douwe van der Ploeg, professor da Universidade de Wageningen, Holanda, pode ser interpretada como uma forma de resistência da agricultura familiar que se expressa como luta por autonomia na era da globalização

¹³ O manual de implementação do Projeto tem ainda por finalidade disciplinar as regras de execução do Projeto e, ao mesmo tempo, orientar os executores quanto à sua concepção, metodologia de operacionalização, e instrumentos administrativos, gerenciais e financeiros adotados no planejamento, execução, monitoramento e avaliação das ações desenvolvidas, tratando-se, portanto, de um instrumento de consulta permanente e obrigatória da Unidade de Gerenciamento do Projeto (UGP) e dos órgãos executores.

Além disso, se considerou a contiguidade¹⁴ territorial como um critério de seleção importante, visando fortalecer a identidade territorial, apoiar a troca de experiências entre os municípios (Figura 1) e facilitar o desempenho das operações do Projeto.

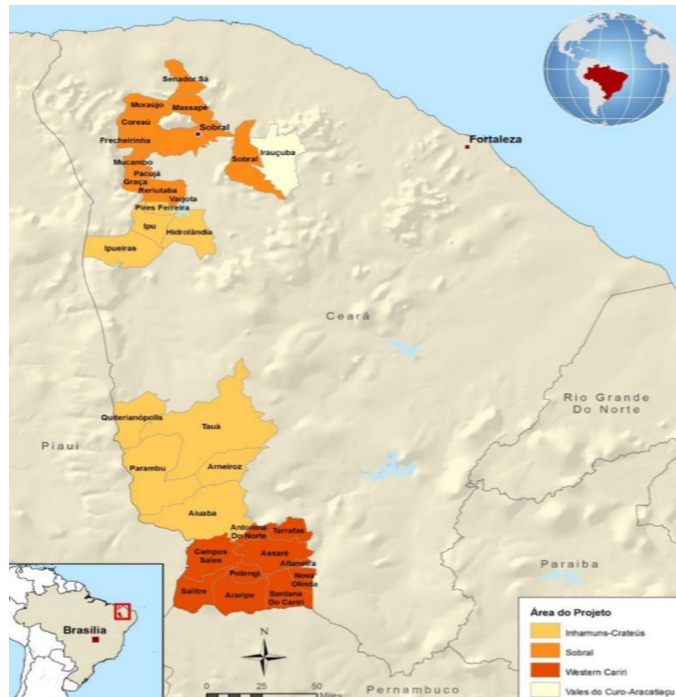


Figura 1 - área de atuação do projeto Paulo Freire.

Fonte: Mapa elaborado pelo FIDA (RELATÓRIO PRINCIPAL DO PPF, 2013, p.4).

Alguns dados extraídos do marco inicial do projeto nos dão as dimensões da magnitude e da importância do Projeto Paulo Freire para a luta contra a pobreza no Estado do Ceará. Assim destacamos:

Os municípios que compõem a área do projeto têm um total de 55.847 estabelecimentos agropecuários que se estendem sobre uma superfície de 1.479.927 ha, sendo que mais de 90% destas unidades são propriedades individuais e o resto pertence a consórcios, sociedades ou cooperativas (Censo Agropecuário 2006). Um total de 926 estabelecimentos são ocupados por assentados sem titulação definitiva; os assentamentos concentram-se sobretudo na região sul de Inhamuns/Crateús (345 unidades nos municípios de Auiaba, Arneiroz, Parambu e Tauá), na área rural do município de Sobral (312), no município de Campo Sales (129 assentamentos) e no município de Irauçuba (82), sendo muito escassos nos outros municípios do território de Sobral (12 em total) e nos municípios do Cariri Oeste (com a exceção de Campo Sales). Existe um número percentualmente maior de estabelecimentos agropecuários arrendados pelos produtores, que tem uma média de 14% da área do Projeto; em alguns municípios este índice aumenta de forma considerável (43% em Altaneira, 35,7% em Santana do Cariri, 34% em Graça e 36% em Tarrafas). Um total de 168.691 pessoas que residem nos municípios escolhidos estão trabalhando em estabelecimentos agropecuários; delas, 117.608 (69,7%) são homens e 51.083 (30,3%) mulheres; 91,7% do total tem mais de 14 anos de idade. Comparando este dado com o número da população rural da área do Projeto, é possível estimar que 62% dela esteja envolvida em atividades agropecuárias; porém, se compararmos este mesmo valor com o total da população rural e urbana da área do Projeto, esse percentual diminui para 22% (RELATÓRIO PRINCIPAL DO PPF, 2017, p.9).

¹⁴ Estado do que é contíguo; proximidade absoluta; vizinhança (Infopédia, 2019)

Os dados trazidos pelo Relatório Principal do Projeto Paulo Freire dão a clareza do desafio proposto pelo Governo do Estado e pelo FIDA, na medida que o grupo-alvo do PPF é composto de cerca de 60.000 famílias rurais pobres (aproximadamente 228.000 pessoas, ou seja, 84% da população rural da área do Projeto)¹⁵ que residem nos 31 municípios da área de abrangência do Projeto. O foco do Projeto Paulo Freire são os pequenos produtores rurais, com terra e sem terra, trabalhando na agricultura e/ou em atividades rurais não agrícolas, com disposição e potencial para desenvolver práticas produtivas sustentáveis, e com potencial de crescimento. Embora o grupo-alvo seja formado por agricultores familiares e outros produtores rurais pobres e extremamente pobres, trata-se de um grupo bastante diversificado com respeito à condição social e econômica, organização social, nível de renda, acesso aos mercados e potencialidades de crescimento como produtores agrícolas e não agrícolas. Por isso, atenção especial é dada às comunidades mais marginalizadas e vulneráveis, incluindo comunidades quilombolas, às mulheres e aos jovens rurais.

Como diz Nazareth,

Está na hora de a sociedade brasileira não apenas dar um voto de confiança a esses agricultores (camponeses), mas sobretudo reconhecer sua capacidade de assumir, efetivamente, seu papel enquanto ator social, protagonista da construção de outra agricultura e de um outro meio rural no nosso país (WANDERLEY, 1999 p.23).

A construção dessa nova agricultura defendida por Maria de Nazareth Baudel Wanderley, passa pelo empoderamento dos sujeitos que historicamente foram marginalizados do processo social, econômico e produtivo no campo, em especial as mulheres, a juventude e as comunidades tradicionais (quilombolas e indígenas).

O protagonismo de mulheres, jovens e comunidades tradicionais foi observado também no tocante às metas estabelecidas pelo Projeto, assim vejamos o que nos diz o marco inicial:

Pelo menos 30% dos investimentos comunitários apoiados serão liderados por mulheres; no caso do artesanato, setor de trabalho onde predominam as mulheres, este percentual poderá aumentar para até 50%. Entre os profissionais provedores de assistência técnica a serem capacitados, 30% serão mulheres. Para as outras atividades apoiadas, o Projeto visará beneficiar do mesmo modo as mulheres e os homens rurais: 50% dos líderes comunitários formados pelo Projeto serão mulheres (RELATÓRIO PRINCIPAL DO PPF, 2017, p.10).

Será debruçado mais detalhadamente sobre o cumprimento dessas metas pactuadas em 2013 no próximo capítulo onde será discutido os principais resultados que marcam a trajetória do Projeto Paulo Freire nos últimos 8 anos.

Os grupos prioritários do Projeto coadunavam com os critérios gerais de

¹⁵ Este dado foi elaborado pelos técnicos da SDA/FIDA calculando uma média de 3.5 habitantes por família e consta no relatório principal do PPF 2013.

elegibilidade de beneficiários do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), por se tratar do principal instrumento da política nacional da agricultura familiar e combate à pobreza rural, cujos critérios de elegibilidade são referência para os programas e projetos de desenvolvimento rural. Grande parte das famílias beneficiárias do Projeto Paulo Freire são estimuladas a buscar outras formas de captação de recursos para o desenvolvimento de outras cadeias produtivas, que foram eleitas pela família ou pelos planos coletivos e o PRONAF é a linha prioritária para recebimento das propostas seja de custeio ou de investimentos (RELATÓRIO PRINCIPAL DO PPF, 2017).

Assim, de conformidade com o Manual de implementação do Projeto Paulo Freire, são beneficiários do projeto os agricultores e agricultoras familiares que atenderam aos critérios gerais de elegibilidade, de forma cumulativa, indicados a seguir:

- a) sejam elegíveis pelo PRONAF;
- b) desenvolvem atividades agrícolas ou não-agrícolas associadas aos arranjos produtivos apoiados pelo Projeto, com potencial de se tornarem empreendimentos rurais;
- c) morem nos municípios selecionados para atuação do Projeto;
- d) participem de organizações comunitárias e/ou econômicas nas quais pelo menos 60% dos participantes sejam elegíveis pelo Pronaf A¹⁶ ou B¹⁷.

2.1 Processos organizacionais do Projeto Paulo Freire

A agência executora do Projeto Paulo Freire é a Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA), órgão da Administração Direta do Governo do Estado do Ceará, que tem por finalidade planejar, coordenar e executar, diretamente ou através das suas vinculadas¹⁸, as ações do Governo para o desenvolvimento da agropecuária, mediante apoio à agricultura familiar. A SDA nessa condição de responsável técnica e executiva do PPF é incumbida ainda de:

- (i) assegurar a inclusão dos recursos previstos para execução do Projeto no orçamento anual do Estado; (ii) promover articulações institucionais necessárias à implementação do Paulo Freire com organizações dos governos federal, estadual e municipal, do setor privado e dos agricultores familiares; e (iii) implementar e supervisionar a execução do Projeto de acordo com os termos negociados e o

¹⁶ Grupo A - agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) ou beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) que não contrataram operação de investimento sob a égide do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (ProCera) ou que ainda não contrataram o limite de operações ou de valor de crédito de investimento para estruturação no âmbito do Pronaf.

¹⁷ Grupo B - beneficiários que possuam renda bruta familiar nos últimos 12 meses de produção normal, que antecedem a solicitação da DAP, não superior a R\$20.000,00 (vinte mil reais) e que não contratem trabalho assalariado permanente.

¹⁸ Órgãos vinculados são aqueles que estão na estrutura hierárquica da SDA e se subordinam as diretrizes da mesma, tais como a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará (EMATERCE); Instituto do Desenvolvimento Agrário do Ceará (IDACE); Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Ceará (ADAGRI) e Centrais de Abastecimento do Ceará S/A (CEASA).

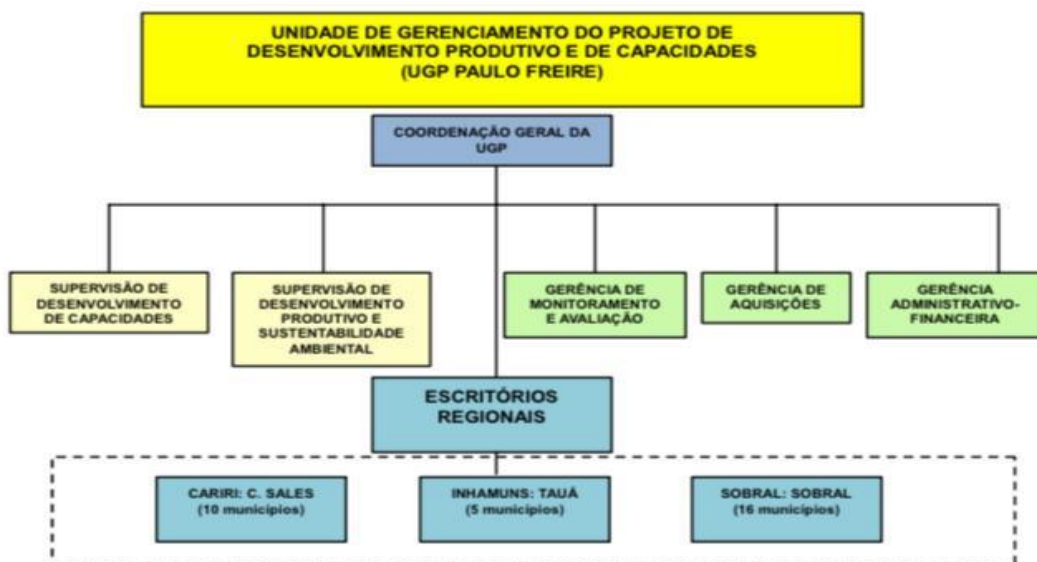
estabelecido junto ao FIDA (MANUAL DE IMPLEMENTAÇÃO DO PPF, 2017, p.32)

Como visto, a SDA tem a premissa de tocar orgânica e tecnicamente o Projeto Paulo Freire. Para a consecução das metas e objetivos estabelecidos no Projeto, foi necessário a criação de uma Unidade de Gerenciamento de Projeto (UGP) específica que fosse o elo entre as ações traçadas no marco inicial do Projeto entre SDA e FIDA.

As ações da UGP estão legalmente definidas pelo Decreto 31.088 de 07 de janeiro de 2013 que é o marco jurídico de sua criação. A UGP responde pelas atividades de coordenação, planejamento, articulação institucional, implementação e monitoramento das ações promovidas pelo Paulo Freire. A equipe da UGP trabalha em estreita colaboração com as Coordenadorias e assessorias técnicas da SDA.

Segundo o manual de implementação do Projeto, o princípio do modelo de gestão do Projeto é torná-lo parte da programação da Secretaria como todo, facilitando à colaboração com as várias áreas de atuação da SDA, com vistas à complementaridade de ações, a troca de conhecimento e informações resultantes tanto da ação do Projeto como dos demais projetos de coordenados pela SDA.

A Figura 2 apresenta o organograma da Unidade de Gerenciamento do Projeto Paulo Freire.



Fonte: SDA, 2020

Atualmente, a coordenadora da UGP é a historiadora Iris Tavares, que é a principal responsável pela qualidade da gestão técnica, administrativa e financeira do Projeto, bem como por acompanhar, apoiar e viabilizar a integração do trabalho das gerências e supervisões de componentes locais. É de responsabilidade também da coordenação da UGP a cooperação com

as instituições parceiras e estratégicas, visando assegurar a sinergia com outros programas Federais e Estaduais. Além de dar efetividade ao planejamento físico e financeiro das ações, perseguindo as metas e cronogramas de execução estabelecidos.

A estrutura da UGP conta ainda com um Gerente de Aquisições que é o responsável pelas aquisições de bens, serviços e obras necessárias à implementação, monitoramento e avaliação das ações do projeto. Seguido do gerente de monitoramento e controle, gerente administrativo e financeiro, supervisor de desenvolvimento de capacidades, supervisor de desenvolvimento produtivo e sustentabilidade ambiental. São esses que formam o núcleo executivo do Projeto Paulo Freire e que são os agentes institucionais do PPF.

Em uma posição intermediária entre a UGP e as ações efetivas do projeto encontra-se os escritórios regionais, que são uma especial de polo das ações nas regiões onde o PPF atua. Esses escritórios regionais contam com uma equipe múltipla de técnicos responsáveis pelas ações de divulgação do projeto; pela mobilização das comunidades, dos beneficiários e beneficiárias; pela orientação técnica para elaboração e implementação dos planos de investimentos apoiados pelo Paulo Freire; análise técnica financeira e ambiental dos planos de investimentos propostos e monitoramento das ações. Vejamos como estão distribuídos espacialmente esses escritórios regionais na Tabela 1.

Tabela 2- Configuração territorial dos Escritórios do Projeto Paulo Freire.

Sede do território	Território	Municípios
Regional		
Campos Sales	Cariri	Altaneira, Antonina do Norte, Araripe, Assaré, Campos Sales, Nova Olinda, Potengi, Salitre, Santana do Cariri e Tarrafas (10 municípios).
Tauá	Sertão dos Inhamuns	Aiuaba, Arneiroz, Parambu, Quiterianópolis e Tauá (5 municípios).
Sobral	Sertão de Sobral, Sertão dos Crateús, Serra da Ibiapaba e Litoral Oeste/ Vale do Curu	Hidrolândia, Ipu, Ipueiras, Pires Ferreira, Irauçuba, Coreaú, Frecheirinha, Graça, Massapê, Moraújo, Mucambo, Pacujá, Reriutaba, Senador Sá, Sobral e Varjota (16 municípios).

Fonte: MANUAL DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO (2013, p. 06).

Os escritórios regionais são estruturas importantes para dar mobilidade às demandas que vão surgindo diariamente nas comunidades e, caso não houvesse uma gestão

descentralizada do projeto, haveria necessidade de intervenção da UGP localizada em Fortaleza, o que poderia acarretar demora e prejuízos para o bom andamento do projeto. Esse modelo de gestão descentralizada dá mais agilidade às decisões e o monitoramento fica mais aproximado das comunidades beneficiárias.

As Equipes Regionais são compostas por 22 (vinte e dois) profissionais, dos quais 3 (três) exercem a função de gerente do escritório, 7 (sete) são os responsáveis pelas ações do Componente 1, 7 (sete) pelas ações do Componente 2 e 4 (quatro) pela execução de atividades administrativas. Assim vemos a distribuição estrutural da Equipe da UGP e suas ramificações na Tabela 2:

Tabela 3 - Distribuição de pessoal do Projeto Paulo Freire.

Localização	Espaço organizacional	Pessoal
UGP – Fortaleza	Coordenação	1 coordenador
		1 Assessora
		1 Apoio administrativo
	Componentes	2 Supervisores
		2 Especialistas
		1 Apoio Administrativo
	Gerências	1 Gerente Administrativo Financeiro
		1 Gerente de Monitoramento e Avaliação
		1 Gerente de Aquisições
		2 Especialistas (1 para cada Gerência)
Escritórios Regionais	Inhamuns	1 Apoio Administrativo
		1 Gerente Local
		2 Técnicos de apoio ao componente 1
		2 Técnicos de apoio ao componente 2
	Cariri	1 Apoio Administrativo
		1 Gerente Local
		2 Gerente Institucional
		2 Técnicos de apoio ao componente 1
	Sobral	2 Técnicos de apoio ao componente 2
		1 Apoio Administrativo
		1 Gerente Local
		3 Técnicos de apoio ao componente 1
Total	UGP	3 Técnicos de apoio ao componente 2
		2 Apoio Administrativo
		35 Profissionais

Fonte: MANUAL DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO (2013, p.11).

Cabe mencionar que o processo de seleção e de nomeação da equipe executiva do PPF, formada pelo coordenador geral e os pelos Gerentes Administrativo, Financeiro e de Aquisições, é de inteira responsabilidade do Secretário de Desenvolvimento Agrário, que leva em consideração o perfil técnico definido para o preenchimento do cargo e submete à escolha a não objeção do FIDA que, neste caso, tem poder de veto, especialmente para o cargo de

coordenador geral da UGP.

A Unidade de Gerenciamento do Projeto Paulo Freire participa de diversas instâncias de Gestão que trabalham com políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural no Estado do Ceará. Dentre elas, podemos mencionar o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural (CEDR), que é o órgão de deliberação da política estadual de desenvolvimento rural e que define as principais diretrizes governamentais do setor rural. A UGP do Paulo Freire participa também do Comitê de Gestão Estratégica da Secretaria de Desenvolvimento Agrário. Esse comitê funciona como um fórum de coordenação e decisão estratégica da SDA. No que tange ao Projeto Paulo Freire, esse comitê tem as seguintes responsabilidades:

(i) aprovar o Plano Operativo Anual e viabilizar os acordos necessários à sua execução e à consecução dos objetivos do Projeto; (ii) aprovar o Manual de Implementação do Projeto; (iii) analisar e comentar os relatórios de execução semestrais e anuais; (iv) analisar e comentar os relatórios anuais de auditoria; (v) analisar e comentar as revisões de meio termo do projeto; (vi) promover a articulação do Paulo Freire com os demais programas e projetos coordenados pela SDA, a exemplo o Projeto São José, Crédito Fundiário, PAA, PNAE, Brasil sem Miséria, Garantia Safra, PRONAF e outros igualmente relevantes (MANUAL DE IMPLEMENTAÇÃO DO PPF, 2013, p.34).

Outra importante inovação trazida pelo Projeto Paulo Freire foi a criação dos Comitês Locais do Projeto. Os Comitês Locais constituem um amplo espaço de debate, construído com diversos parceiros do projeto, em especial aqueles que dialogam com o processo de desenvolvimento rural nos municípios. Dentre os parceiros estão os sindicatos de trabalhadores rurais, a Ematerce, as associações de produtores e cooperativas, além dos bancos, das igrejas e secretarias de agricultura de cada cidade que recebe o PPF. Esses Comitês Locais têm como principais atributos:

(i) Favorecer a participação social oportunizando a transparência e controle social das ações do projeto Paulo Freire; (ii) debater a realidade dos municípios e das comunidades selecionadas para atuação do Projeto; (iii) acordar sobre as prioridades territoriais; (iv) apoiar na elaboração e acompanhamento da execução dos Planos de Desenvolvimento das comunidades; (v) monitorar a participação e as responsabilidades dos parceiros na implementação dos Planos; (vi) consolidar um programa de trabalho com as ações a serem financiadas pelo Projeto; (vii) promover as articulações necessárias à implementação do programa de trabalho e dos Planos de Desenvolvimento das comunidades; e (viii) avaliar anualmente o andamento das ações apoiadas pelo Paulo Freire; (ix) ter ciência dos Planos de Investimento e suas respectivas prestações de contas (MANUAL DE IMPLEMENTAÇÃO DO PPF, 2013).

Esses comitês locais constituem, de fato, instrumentos importantes de participação social, garantindo legitimidade política, das suas decisões consensuais, que são levadas em consideração pelas instâncias do Projeto Paulo Freire e da Secretaria de Desenvolvimento Agrário.

Importante destacar que o Projeto Paulo Freire teve uma sinergia muito valiosa com

a Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado do Ceará – FETRAECE, pois ela desempenhou um importante papel na mobilização das comunidades rurais e de suas organizações para participar do Projeto, assim como no processo de definição das prioridades de ação no âmbito dos Comitês Locais do Projeto.

2.2 Processos econômicos e pontos complementares do PPF

Estima-se que o custo total do projeto, por um período de oito anos, seja de USD 94 milhões de dólares, sendo USD 40 milhões do FIDA, USD 40 milhões do Governo Estadual e USD 14,9 milhões de contrapartida dos beneficiários. O componente de capacitação (componente 1) representa 35% do custo total do projeto. Esse valor inclui os custos de atividades de capacitação e treinamento para acessar programas públicos; assistência técnica para preparar e implementar desenvolvimento e planos de negócios; capacitação de lideranças e treinamento de produtores; contratação de agentes de mobilização social para promover organizações comunitárias, aperfeiçoando as qualificações de prestadores de assistência técnica e treinamento de jovens para realizar atividades econômicas e ter acesso à terra.

O componente 2, destinado a promover desenvolvimento produtivo e sustentabilidade ambiental, representa 52% do custo total do projeto. O gerenciamento do projeto representa 11%, cujo valor é para os pagamentos dos salários e das despesas operacionais da UGP. Foi previsto ainda um gasto de 2% para o sistema de M&A¹⁹.

Trazemos de maneira didática a Tabela 3 que expõe os usos e fontes de financiamento do Projeto Paulo Freire:

Tabela 4 – Custo total do projeto.

ALOCAÇÃO POR FINANCIADOR			EXECUTADO	
FINANCIADOR	VALOR (MOEDA DO CONTRATO)	VALOR (USD EQUIV)	VALOR (MOEDA DO CONTRATO)	VALOR (USD EQUIV)
FIDA I-882-BR	SDR 20.624.403	32.000.000	SDR 20.621.302	29.390.612
FIDA E-17-BR	€ 5.948.482	8.000.000	€ 5.948.482	6.894.710
ESTADO	USD 40.000.000	40.000.000	USD 45.741.033	45.741.033
SUBTOTAL EM USD EQUIVALENTE		80.000.000		82.026.355
CONTRIBUIÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS	USD 14.900.000	14.900.000	USD 6.989.083	6.989.083
TOTAL EM USD EQUIVALENTE		94.900.000		89.015.438

Fonte: Elaboração UGP (2022).

De acordo com o relatório de supervisão do FIDA, produzido pela Divisão da

¹⁹ Sistema de Monitoramento, Avaliação e Gestão do Conhecimento do FIDA. Esse sistema tem a finalidade de contar com parâmetros que permitam ao FIDA medir o desempenho dos projetos, se definirem uma série de indicadores de avaliação e de gestão, os quais conformam a Linha de Base de cada projeto Avaliado. Atualmente o FIDA está implementado 6 projetos no nordeste de Brasil com o objetivo comum de reduzir a pobreza rural. Os territórios onde se estão levando a cabo estes projetos são Piauí, Ceará, Paraíba, Dom Helder Câmara, Sergipe e Bahia. (www.fida.org.br)

América Latina e Caribe, através do Departamento de Administração de Programas, há resultados significativo do ponto de vista das atividades comunitárias e de formação, mas por um outro lado, houve um atraso na execução físico-financeira das metas pactuadas no Marco Lógico do Projeto, como apresenta o seguinte trecho do relatório:

Num panorama geral, as visitas realizadas pela missão de supervisão em comunidades atendidas pelo projeto nos territórios do Cariri e Inhamuns permitiram verificar que está sendo realizado um trabalho de muito boa qualidade. A focalização em comunidades pobres tem sido adequada, os trabalhos de DRP e elaboração de PDC foram muito participativos, as comunidades se mostram muito interessadas e envolvidas, e os PNs em geral são de boa qualidade, embora fossem identificados casos que precisariam de ajustes significativos para resolver fraquezas em aspectos técnicos e de comercialização, que são detalhadas em outras seções do relatório. 5. Apesar desse progresso no campo, o Projeto continua em uma situação preocupante, principalmente do ponto de vista de execução financeira. Até o momento, o desembolso dos empréstimos (FIDA e Fundo Espanhol) alcançam aproximadamente 15% do seu valor total, e a execução financeira do orçamento previsto para toda a vida do projeto é de somente 5%, embora o comprometido atinja R\$ 5 milhões (PROJETO PAULO FREIRE, 2016, p. 12).

Esse atraso na execução financeira, que foi externado no relatório de supervisão em 2016, foi sanado em parte, pois é possível verificar no painel de monitoramento²⁰ do Paulo Freire que foi investido pelo FIDA um valor de (USD) \$33.606.064,74, valor aproximado da meta de desembolso que é de (USD) \$44 milhões. Outro significativo atraso ocorreu devido ao isolamento social decretado pelo governo do Estado por ocasião da pandemia de covid-19, segundo a coordenadora da UGP Iris Tavares a chegada da pandemia de COVID-19

Ocasionou graves problemas em diversas áreas da sociedade e junto ao PPF. Na área da saúde, houve um aumento significativo na demanda por atendimento médico e hospitalar, levando a sobrecarga do sistema de saúde e escassez de recursos médicos e hospitalares em diversas comunidades atendidas pelo PPF. Além disso, a pandemia afetou a economia, com muitas empresas tendo que fechar as portas ou reduzir drasticamente suas atividades, levando ao aumento do desemprego e à crise financeira, inclusive deixando de comprar aos nossos produtores rurais. A educação também foi impactada, com o fechamento de escolas e universidades e a transição para o ensino a distância, o que gerou desafios em relação à adaptação dos estudantes e professores a novas formas de aprendizado. Outros problemas causados pela COVID-19 incluem a diminuição da mobilidade das pessoas, o aumento da violência doméstica e a intensificação de desigualdades socioeconômicas já existentes (TAVARES, 2023).

Por conta desses atrasos na execução dos planos de investimentos, o FIDA autorizou a prorrogação do Projeto Paulo Freire pelo prazo de mais um ano (até 2021), esse elasticamento do prazo de finalização do projeto se deu pela necessidade de finalizar as ações dos componentes 1 e 2 e realizar o desfecho do processo de avaliação e mensuração dos resultados alcançados, no entanto o PPF só teve a sua execução concluída em 2022.

²⁰ Os dados são atualizados mensalmente através do apoio das equipes de Monitoramento e Avaliação (M&A) dos Projetos. Desta forma, este Painel é uma importante fonte de informação atualizada dos principais indicadores presentes nos Marcos Lógicos e pode ser acessado pelo endereço eletrônico: <http://fida.org.br/painel-de-monitoramento/>

2.3. Os processos metodológicos do Projeto Paulo Freire

O Projeto de Desenvolvimento Produtivo e de Capacidades – Projeto Paulo Freire construiu, ao longo desse período, abordagens metodológicas criativas para a implementação das estratégias definidas no Marco Lógico do Projeto. Estratégias coadunadas com o Programa de Oportunidades Estratégicas Nacionais COSOP²¹. Esse programa do FIDA objetiva garantir que as operações do órgão no país contribuam para a redução da pobreza. O documento examina a situação específica da pobreza rural para determinar áreas geográficas e áreas temáticas das operações do Fundo. O COSOP também destaca a inovação que o FIDA procura promover no programa do país. Além disso, o COSOP analisa fatores institucionais e considerações políticas que afetam as operações do Fundo, bem como seus efeitos sobre as pessoas que vivem na pobreza. Em particular, a governança local e o empoderamento dos pequenos agricultores são os principais fatores que determinam um ambiente propício para projetos em favor dos pobres.

O COSOP inclui uma visão geral das operações anteriores do FIDA no país e incorpora as lições aprendidas, especialmente de estudos de avaliação para futuras orientações operacionais.

Para alcançar um forte senso de propriedade dos países, o processo de design e implementação do COSOP é caracterizado por uma ampla consulta às partes interessadas. Além disso, os COSOPs são projetados para que estejam alinhados com a estratégia de redução da pobreza e a estrutura de planejamento do país. Os COSOPs indicam claramente os possíveis parceiros estratégicos entre doadores multilaterais e bilaterais, levando em consideração a vantagem comparativa uns dos outros. (FIDA, 2019, sem paginação).

Grande parte das metodologias usadas na consecução do Projeto Paulo Freire advém de diversas outras experiências que o FIDA tem em curso na América Latina e no mundo. Essas experiências são readaptadas à realidade local e redirecionadas para o público alvo do projeto, no caso do Projeto Paulo Freire o foco se dá na relação de gênero, juventude e comunidades tradicionais.

Em geral, os métodos usados pelas equipes técnicas do Paulo Freire, que são agentes capacitados e treinados para o trabalho nas comunidades rurais, têm uma abordagem participativa, pois as demandas suscitadas pelas famílias e suas entidades associativas são as principais fontes de orientação para o trabalho da assessoria técnica. Os comitês locais definem diretrizes gerais e são espaços de construção de consensos e de pactos sociais relevantes para o projeto.

²¹ O COSOP é uma estrutura que possibilita tomar decisões estratégicas sobre as operações do FIDA em um país, no qual as oportunidades de financiamento para o Fundo são detectadas e a administração com o objetivo de obter resultados é facilitada (FIDA, 2019)

O processo inicial do projeto nasce com a construção coletiva do Diagnóstico Rural Participativo²². Segundo Miguel Verdejo:

O Diagnóstico Rural Participativo (DRP) é um conjunto de técnicas e ferramentas que permite que as comunidades façam o seu próprio diagnóstico e a partir daí comecem a auto gerenciar o seu planejamento e desenvolvimento. Desta maneira, os participantes poderão compartilhar experiências e analisar os seus conhecimentos, a fim de melhorar as suas habilidades de planejamento e ação (VERDEJO, 2003, p.19).

Com a produção do Diagnóstico Rural Participativo foi possível fazer uma leitura crítica da realidade de cada comunidade beneficiária, com foco nos temas centrais (produção, renda, manejo e conservação de recursos naturais, equidade de gênero, juventude e étnica). Com o DRP construído e estruturado foi possível produzir os Planos de Desenvolvimento das comunidades. Esse plano é um instrumento que contém as demandas comunitárias, das quais uma parte foi apoiada e financiada pelo Projeto Paulo Freire e outras demandas, elencadas em cada Plano de Desenvolvimento, foram financiadas através de outras fontes, tais como o Banco do Nordeste, o Banco do Brasil e o Projeto São José, etc. Os planos de Desenvolvimento buscaram sempre garantir uma ação racional e organizada para a solução dos problemas das comunidades, objetivando a construção de modelos mais sustentáveis de produção econômica e de qualidade de vida para populações beneficiárias.

Considerando o Plano de Desenvolvimento como norteador das ações, posteriormente, foi construído os Planos de Investimentos. Esses planos são os instrumentos que consolidaram os financiamentos das demandas familiares atendidas pelo Projeto Paulo Freire.

Os Planos de Investimentos são referentes a Projetos Produtivos de diferentes cadeias, como: avicultura, ovinocultura, caprinocultura, mandiocultura, suinocultura, apicultura, fruticultura, cozinha comunitária, fogões ecológicos, reuso de águas cinzas, biodigestores, artesanato e quintais produtivos.

Dentro desse processo descrito buscou-se sempre o incentivo de sinergias para facilitar a cooperação com outros setores do poder Público, bem como do setor privado. Os últimos dados apontam que foram liberados, ainda em 2018, um montante de R\$ 30.470.746,88 milhões, divididos entre o território de Sobral que recebeu investimento de R\$ 15.318.281,78, Inhamuns R\$ 8.380.684,41 e Cariri R\$ 6.774.780,69 (SDA,2018). Os beneficiários que receberam os investimentos dos projetos produtivos entraram com uma contrapartida de no

²² O Diagnóstico Rural Participativo é um conjunto de técnicas e ferramentas que permite que as comunidades rurais façam uma avaliação sobre suas realidades, com o apoio de um facilitador, que intermedia o processo. O DRP não busca unicamente colher dados dos participantes, mas, sim, que estes iniciem um processo de autorreflexão sobre as suas potencialidades, oportunidades, necessidades e problemas. O método procura maior participação dos chamados beneficiários, para que eles entendam melhor seu contexto e, a partir daí, comecem a gerenciar ações de forma planejada. (EMBRAPA,2014, p.69)

mínimo 10% com bens e serviços, de acordo com a execução.

Faltando pouco mais de um ano, após a sua última prorrogação, o Projeto Paulo Freire chega na sua reta final de execução e de avaliação dos seus resultados quantitativos e qualitativos. Sua meta ambiciosa, mas factível, de reduzir a pobreza e melhorar os níveis de vida de agricultores familiares em 31 municipalidades do Estado do Ceará, beneficiando diretamente um total de 60.000 famílias, será objetivo desta singela consideração, nas análises subsequentes. Podemos adiantar que a colheita proporcionada pelo projeto é significativa e nos dá pistas de como os governos devem tocar as ações que ousam desafiar a cristalina desigualdade social. O grande pedagogo Paulo Freire nos direciona quando afirma que: Ninguém liberta ninguém. As pessoas se libertam em comunhão (FREIRE, 2006).

3. IMPACTOS DO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO E DE CAPACIDADES NAS COMUNIDADES ATENDIDAS

O Projeto de Desenvolvimento Produtivo e de Capacidades – Projeto Paulo Freire é uma política pública conduzida pelo Governo do Estado do Ceará por meio do acordo de empréstimo com o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), executado pela Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA). A primeira fase do Projeto Paulo Freire no Ceará ocorreu entre os anos de 2013 a 2021, segundo o Marco Lógico do PPF os propósitos iniciais com a execução do projeto eram:

Contribuir para a redução da pobreza rural no semiárido cearense, por meio do desenvolvimento do capital humano e social e do desenvolvimento produtivo sustentável pautado na geração de renda no âmbito agrícola e não agrícola em 31 municípios do semiárido cearense, com foco principal em jovens e mulheres. Aumentar o acesso à água para uso doméstico das famílias beneficiadas; promover a geração e o aumento da renda da população atendida, por meio da diversificação da produção agrícola e não agrícola, visando a alcançar segurança alimentar e nutricional e acesso a mercados em condições favoráveis; fortalecer as capacidades dos beneficiários reforçando as suas organizações com especial atenção para mulheres (gênero), jovens (geracional), comunidades quilombolas, indígenas e pescadores para melhorar a gestão dos sistemas de produção e dos recursos naturais (MARCO LÓGICO, 2013).

Como visto anteriormente o PPF foi estruturado em quatro componentes que trabalharam com: 1- desenvolvimento de capacidades das pessoas e das organizações comunitárias e produtivas; 2- o apoio ao desenvolvimento produtivo e à sustentabilidade ambiental; 3- Gestão do Projeto; 4- Monitoramento e Avaliação.

Nessa parte final do trabalho, tentaremos trazer uma avaliação desses oito anos de implementação do Projeto Paulo Freire no Estado do Ceará, o trabalho constituiu-se numa iniciativa de levantamento de resultados do PPF, a partir de atores sociais diretamente envolvidos na gestão e implementação da política pública. Essa abordagem permitiu trazer à

tona resultados em diálogo com as experiências vivenciadas por tais atores. A estrutura avaliativa dessa pesquisa reuniu informações sobre aspectos gerais do PPF, focalizando os seguintes eixos: Público Atendido, Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), Políticas Públicas em agroecologia, Planos de Investimentos Produtivos (PIPs), Ativos, Renda Familiar, Segurança Alimentar, e Organização Social.

As inquietações que motivaram nossa investigação foram inicialmente propiciadas por uma extensa pesquisa bibliográfica. Esta categoria de fonte informativa subsidiou a nossa pesquisa do princípio à conclusão. Seguindo as recomendações de Gil (2008), o qual coloca que a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, instituída de livros e artigos científicos, a caminhada por esta fonte orientadora solidificou-se como um manancial contínuo de respostas centrais ou parciais que transitaram, desde a formulação da questão central de pesquisa que buscou analisar a sustentabilidade financeira e ecológica dos projetos produtivos agroecológicos familiares sob a perspectiva de políticas públicas rural que subsidiam a implementação das ações do Projeto Paulo Freire no cariri cearense até os propósitos específicos desse trabalho que mirava um levantamento das propostas de implementação de projetos agroecológicos do projeto Paulo Freire relacionadas e sustentadas como política pública rural, buscando ainda avaliar em que proporção a renda oriunda dos projetos de produção agroecológicas do PPF se inserem na composição de renda familiar e sua relação com a redução da pobreza.

Durante o processo de pesquisa, utilizamos diferentes métodos investigativos. Optamos por nos concentrar em fontes documentais para descrever o histórico do Projeto Paulo Freire. Dessa forma, realizamos uma pesquisa documental para delinear o campo empírico da nossa investigação. Embora Gil (2008, p. 51) afirme que a pesquisa documental "vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico", os relatórios e laudos da propositura, execução e avaliação do Projeto Paulo Freire, elaborados tanto pelo Governo do Estado do Ceará quanto pelo principal órgão financiador - o FIDA, nos permitiram verificar e discordar das informações produzidas quando em contraste com os dados primários coletados.

Importante ainda mencionar que a pesquisa de campo foi feita de forma presencial, entre janeiro e fevereiro de 2023, em duas comunidades atendidas pelo projeto no município de Nova Olinda (CE), nos debruçamos também com os dados fornecidos pela equipe de coordenação do Projeto Paulo Freire (UGP) através de entrevistas que foram feitas com a coordenadora do PPF a historiadora Irís Tavares.

Na presente pesquisa, foram empregados ainda dados secundários provenientes de diversas fontes, tais como o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o Instituto de

Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) e relatórios governamentais, em âmbito estadual. Esses dados foram utilizados com o objetivo de reforçar a parte descritiva da pesquisa, que buscou traçar uma análise histórica e geográfica do Projeto Paulo Freire (PPF), contemplando informações como o número de famílias e comunidades atendidas, bem como os montantes financeiros empregados nas ações do PPF. Ademais, foram utilizados indicadores sociais a fim de enriquecer as reflexões sobre conceitos subjacentes às ponderações acerca de temas relevantes para o PPF, tais como a pobreza rural, a desigualdade de gênero, a devastação ambiental e as políticas públicas. Tais temas foram norteadores da pesquisa e serviram como base para a compreensão da relevância e eficácia do PPF.

Para fechar as questões que nortearam o trabalho investigativo, que aqui já se encaminha para seus segmentos finais, o presente capítulo busca responder sobre o quanto as políticas públicas que utilizam a agroecologia como ancoragem produtiva, técnica e educativa é uma estratégia exitosa que os governos podem usar nas políticas públicas rurais como indutora na redução da pobreza e da melhoria do manejo sustentável de recursos naturais

As subseções seguintes se utilizarão dos pilares resultantes dos seguintes eixos temáticos norteadores do PPF: Público Atendido, Assistência Técnica (ATER) e Políticas Públicas em Agroecologia, Planos de Investimentos Produtivos (PIPs), Renda Familiar, e Segurança Alimentar, utilizada para realizar os confrontos necessários que possam subsidiar as análises de nosso trabalho dissertativo, no esforço de responder aos últimos questionamentos que instruíram o percurso investigativo dessa pesquisa.

3.1 Público Alvo e suas limitações

Nesta fase final do trabalho, busca-se dialogar sobre os principais efeitos resultantes da implementação e aplicação do PPF durante seus 8 anos no estado do Ceará. Com base nas análises realizadas, pretende-se destacar as sinergias e conexões estabelecidas entre as políticas públicas de desenvolvimento rural baseadas na agroecologia e a possível redução da pobreza, e a priori com o aumento da renda nas famílias atendidas pelas políticas públicas tocada pelo Projeto de Desenvolvimento Produtivo e de Capacidades no Estado do Ceará (Projeto Paulo Freire – PPF).

O Projeto atua em uma área de cerca de 23.530 km, equivalente a 18,5% do Estado do Ceará, que inclui 31 municípios de regiões rurais pobres com aproximadamente 60 mil famílias (FIDA - ONU Brasil, 2020) e (PROJETO PAULO FREIRE – ACORDO DE EMPRÉSTIMO nº I-882-BR/E-17-BR).

A execução efetiva do PPF junto aos beneficiários aconteceu entre os anos 2015 e 2021, já que entre 2013 e 2015 o Projeto estava na fase de montagem de Unidade Gestora do Projeto (UGP), Escritórios Regionais do Projeto (ERPs), seleção de pessoal e seleção de entidades de assessoria técnica (RCP, 2022).

Os municípios escolhidos foram selecionados com base em critérios rigorosos, a saber: (i) elevada incidência de pobreza rural, com porcentagens variando entre 30,3% e 56,4% da população rural em extrema condição de pobreza, e que sofrem com a insegurança alimentar; (ii) presença de potencial para o desenvolvimento de práticas produtivas sustentáveis, tanto agrícolas quanto não agrícolas, diversificadas e com possibilidade de expansão; (iii) existência de um ambiente favorável ao desenvolvimento de políticas públicas que visem o bem-estar da população rural, especialmente no que tange à redução da pobreza e ao desenvolvimento rural; e (iv) ausência de outros projetos financiados pelo FIDA na região selecionada (RELATÓRIO PRINCIPAL DO PPF, 2017).

De acordo com o Relatório de Conclusão do Projeto (RCP) emitido pelo FIDA em fevereiro de 2022, no que tange ao público alvo, o PPF obteve êxito em alcançar a maioria dos grupos alvos estabelecidos, tendo alcançado 89% da meta de atendimento de famílias de agricultores familiares. O público beneficiário direto do Projeto foi composto por 54.999 famílias, ou seja, 91% de alcance, contemplando um total de 208.996 pessoas (considerando a composição familiar).

Entre essas famílias, destacam-se as lideradas por mulheres, jovens, populações negras, quilombolas, pescadores artesanais, além de uma minoria indígena pertencente à etnia Tabajara. É relevante observar que o Projeto alcançou também as populações mais vulneráveis dentro dessas comunidades. Foram atendidas 17.763 famílias com assistência técnica e extensão rural, atingindo 89% de alcance, o que é considerado um resultado satisfatório. Cabe destacar que, apesar de não ter sido uma prioridade inicialmente, o Projeto conseguiu atender ao recorte racial. Porém, o baixo alcance de atendimento às comunidades indígenas se deve à dimensão territorial do estado do Ceará, que abriga 14 etnias em 18 municípios, sendo apenas um contemplado pelo Projeto, o município de Quiterianópolis (RCP, 2022).

Segundo a Iris Tavares (2023) coordenadora da UGP, durante a sua fase de implementação, o projeto Paulo Freire enfrentou significativos eventos conjunturais. Primeiramente, a seca prolongada que ocorreu no Nordeste entre 2011 e 2018 demandou do projeto o desenvolvimento de uma estratégia e ações para viabilizar o acesso à água. Em segundo lugar, a descontinuidade de políticas públicas voltadas para o público alvo, como o Programa de Cisternas e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Governo de

Bolsonaro, esse fato conforme Tavares (2023) gerou desafios para a continuidade do projeto. E por fim, a partir de março de 2020, a pandemia da COVID-19 impactou o projeto de maneira significativa, prolongando-se até a conclusão do mesmo. Tavares afirma que: “No aspecto institucional, o projeto enfrentou dificuldades em sua fase inicial de implementação, o que pode ser atribuído à baixa maturidade institucional e experiência da Unidade de Gerenciamento do Projeto” (TAVARES, 2023).

O Projeto Paulo Freire adotou uma estratégia de focalização que se direcionou especialmente às comunidades e famílias rurais que se encontravam em situação de vulnerabilidade e marginalização, com foco em indivíduos em situação de pobreza e extrema pobreza, bem como nos grupos prioritários, tais como mulheres, jovens, povos indígenas e quilombolas. Essa abordagem permitiu alcançar esses subgrupos de forma representativa e participativa, utilizando metodologias que contemplavam as particularidades de cada um (RCP, 2022).

Na entrevista realizada com o técnico Jardel Silva, que trabalha no município de Nova Olinda quando indagado sobre o público alvo que não tem terra para trabalhar o mesmo afirma que:

Nos casos em que os beneficiários que não tinham acesso à terra, o projeto possibilitou a criação de empreendimentos não agrícolas para gerar renda e melhorar as condições de vida desses grupos. A estratégia de focalização social adotada pelo projeto foi centrada na demanda e no envolvimento dos beneficiários, que participaram ativamente das decisões e do planejamento das atividades do projeto (SILVA, 2023, p.21).

Além disso, foram implementadas estratégias de difusão e promoção das atividades do projeto, o que estimulou a participação dos atores locais e assegurou a inclusão dos grupos mais marginalizados e prioritários para o projeto. Dessa forma, a estratégia de focalização social permitiu que o Projeto Paulo Freire alcançasse seu objetivo de promover o desenvolvimento econômico e social dessas comunidades rurais vulneráveis, utilizando uma abordagem participativa e inclusiva (RCP, 2022).

No que tange equidade de gênero e empoderamento da mulher o Projeto Paulo Freire (PPF) desenvolveu e implementou uma estratégia de gênero abrangente, com o objetivo de garantir a igualdade de acesso e benefícios entre homens e mulheres nas atividades e incentivos do projeto. O projeto superou sua meta de atendimento às mulheres, atendendo a 52% das famílias chefiadas por mulheres. Além disso, o PPF buscou reforçar a capacidade das mulheres para que elas tivessem voz, papel ativo e fossem reconhecidas como sujeitos relevantes na esfera econômica-produtiva familiar e comunitária, através da capacitação de líderes comunitárias mulheres. A estratégia também incluiu o aumento do poder econômico das

mulheres, com o acesso e controle de recursos fundamentais, o que resultou em um aumento de 30% na renda de 2851 mulheres que receberam investimentos produtivos e assistência técnica (FIDA, 2022).

Outro objetivo da estratégia foi a promoção da equidade de gênero tanto no âmbito intra como extrafamiliar, com um aumento de 14% na participação das mulheres nas associações entre 2015 e 2020 (FIDA, 2022).

Tavares (2023) enfatiza que o PPF incorporou a perspectiva de gênero de forma transversal em todas as atividades de seus componentes, ao mesmo tempo em que manteve linhas de atuação e mecanismos operacionais específicos. Para estimular e garantir o envolvimento das mulheres nas atividades do projeto, sua inclusão na esfera econômica-produtiva comunitária e promover a equidade de gênero em geral, o projeto utilizou oito indicadores de gênero no marco lógico. Além disso, o PPF estabeleceu uma meta de que 30% do total de assistentes técnicos do projeto fossem mulheres, o que facilitou o diálogo com as beneficiárias nas comunidades.

No que concerne a juventude²³ o projeto em questão implementou uma linha de formação e acesso a oportunidades para jovens, cuja principal atividade visava ao desenvolvimento de diversos tipos de empreendimentos econômicos, tanto na agricultura como em outras áreas, para indivíduos entre 15 e 29 anos. Para alcançar este objetivo, um grupo de mobilizadores sociais jovens, composto por 34 membros (22 mulheres), foi criado e atuou com o propósito de fortalecer a participação das famílias, comunidades, juventudes e lideranças, com o intuito de melhorar a comunicação entre os diversos públicos e parceiros envolvidos (SDA, 2022).

Segundo o Relatório de Conclusão do Projeto (2022) a estratégia foi consolidada por meio de uma parceria com a Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Ceará - FETRAECE. Os principais resultados da estratégia e plano de ação para jovens incluem a criação de uma Rede de Juventudes do Semiárido, que beneficiou 4.151 famílias lideradas por jovens com investimentos produtivos, a capacitação de 8.770 jovens em acesso às políticas públicas e a formação de 107 jovens lideranças nas áreas de autogestão comunitária, sucessão rural, economia solidária e comércio justo. Além disso, as intervenções do projeto possibilitaram que 255 jovens ocupassem cargos

²³ Dentro do grupo-alvo do projeto, os jovens constituíram uma população prioritária. Crianças, adolescentes e jovens são as faixas etárias mais atingidas pela extrema pobreza. Nas áreas rurais e urbanas, mais de 50% dos jovens vivem em famílias com renda per capita de até ½ salário mínimo. 15% dos beneficiários do PPF foram jovens (RCP, 2022 p. 21)

de direção nas associações comunitárias.

Em relação a Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs)²⁴ O PPF atendeu 15 comunidades quilombolas, beneficiando 726 famílias (atingindo 72% da meta) isso a nível estadual conforme consta no RCP, no entanto as comunidades pesquisadas nesse trabalho não se enquadravam nas PCTs.

Em relação aos povos indígenas, que possuem o direito à diferença, à autodeterminação e o direito originário sobre seus territórios de ocupação, o PPF atendeu 3 comunidades da etnia Tabajara, beneficiando 112 famílias, concentrada no território dos Inhamuns (atingindo 22% da meta) (RCP, 2022).

Já as comunidades de Pescadores Artesanais²⁵ o PPF atendeu 13 comunidades (nenhuma destas estavam inseridas na nossa região de pesquisa), nessas 13 comunidades foram beneficiando 651 famílias atingindo 651% da meta do marco lógico (RCP, 2022).

O campo empírico da nossa pesquisa, o município de Nova Olinda que fica localizada na região do Cariri, no sul do estado do Ceará. A cidade faz divisa com os municípios de Santana do Cariri, Altaneira, Crato, Assaré e Potengi. O clima de Nova Olinda é semiárido, com temperatura média anual em torno de 25°C. A estação chuvosa ocorre entre janeiro e abril, enquanto a estação seca dura de maio a dezembro (IBGE, 2022). Vejamos a localização geográfica de Nova Olinda na figura 4:



²⁴ Os Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) são grupos socialmente diferenciados que possuem vínculos históricos e culturais com os territórios que ocupam ou utilizam, geralmente associados a práticas econômicas, sociais e culturais próprias, transmitidas de geração em geração.

²⁵ As comunidades tradicionais de Pescadores Artesanais atendidas pelo PPF têm a pesca como a principal atividade em seus territórios. Essas comunidades utilizam técnicas e instrumentos tradicionais para garantir a coleta, preparo e beneficiamento do pescado, visando principalmente o consumo familiar, mas também a comercialização.

Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG) (2019)

O município se estende por 284,4 km² e contava com 15 565 habitantes no último censo. A densidade demográfica é de 54,7 habitantes por km² no território do município (IBGE, 2017). Em Nova Olinda o PPF atendeu 04 entidades comunitárias que foram a Associação Comunitária dos Agricultores e Agricultoras Familiares do Sítio Bujari; Associação de Moradores dos Sítios Chiquitoso e Cabeça, Associação Comunitária dos Trabalhadores Rurais dos Sítios São João, Baixio dos Bernardes, Baixio dos Almeidas e Cardoso e a Associação Comunitária dos Criadores de Peixe do Triunfo.

Ao longo da execução do projeto Paulo Freire foram atendidas 135 famílias associadas as 4 entidades participantes do PPF oriundas de 08 comunidades rurais (Sítio Bujari, Sítio Chiquitoso, Sítio Cabeça, Sítio São João, Sítio Baixio dos Bernardes, Sítio Baixio dos Almeidas, Sítio Cardoso e Sítio Triunfo).

3.2 Assistência Técnica e Políticas Públicas para a Agroecologia

No Marco lógico do Projeto estava previsto 30.000 famílias beneficiadas por assistência técnica, contínua e/ou especializada. Vejamos o que nos fala o manual de implementação do Projeto:

O Projeto destinará esforços, em regime de parceria, objetivando viabilizar o acesso a cursos de formação orientados para o desenvolvimento da capacidade empreendedora e assistência técnica especializada para acesso a terra e outras oportunidades, tanto na agricultura como em outros âmbitos (MIP, 2017, p.48)

Uma das primeiras atividades executadas pelo Projeto Paulo Freire em todas as comunidades consistiu na promoção de capacitações em políticas públicas. Estas capacitações abrangeram um amplo grupo de indivíduos, tendo alcançado um total de 14.579 membros comunitários, que participaram desta ação. Durante este processo, as políticas públicas foram abordadas como um direito dos cidadãos da comunidade, em consonância com elementos relacionados à organização social (RCP, 2022).

Consideremos a declaração proferida por um jovem acerca do processo de assistência técnica contínua no âmbito do Projeto Paulo Freire:

É algo que foi para realmente mudar a vida das pessoas, melhorar, seja economicamente, financeiramente, tanto em relação ao conhecimento, às políticas públicas. [...] veio mostrar o que são as políticas públicas. O que é ser cidadão, exercer a cidadania. [...] porque muitos não tinham conhecimento das políticas públicas e agora vivem buscando: “Ei, em relação àquilo que nós ouvimos, é direito nosso”. [...] falamos muito dos direitos do idoso. Foi falado muito também do ECA, do Estatuto da Criança e do Adolescente. (FIDA, 2021, p.63)

Ao longo dos diálogos que mantivemos com a equipe de técnicos do PPF percebemos que no contexto dos projetos financiados pela SDA/FIDA, a assistência técnica e

extensão rural (ATER) é uma parte importante da estratégia de desenvolvimento rural, ajudando a garantir que os agricultores familiares tenham acesso aos recursos e às informações necessárias para melhorar sua qualidade de vida e sua capacidade de enfrentar os desafios do clima e do mercado.

Segundo Silva (2023) a ATER também é importante para garantir que os projetos do FIDA em especial o Projeto Paulo Freire seja efetivo e sustentável a longo prazo, contribuindo para a redução da pobreza e para o desenvolvimento econômico e social das comunidades rurais atendidas por essa política pública.

As atividades do projeto e o diálogo com as prestadoras de Assessoria Técnica Contínua (ATC) foram mencionados em outras oportunidades como catalisadores da inserção de jovens e de mulheres diretamente participantes do PPF. A participação da assessoria em espaços locais de articulação social permitiu a disseminação de informações e de mobilizações, o assessor técnico Jardel Silva, resume os resultados alcançados:

Já estão inseridos no sindicato, que é quem representa os agricultores e as agricultoras, com os movimentos de juventude rural, que tem essa questão do fortalecimento da identidade e de várias ações, participação de feiras (antes da pandemia tinha a feira), reuniões de mobilização, de formação política (SILVA, 2023)

Para Tavares (2023) as capacitações em políticas públicas realizadas pelo Projeto Paulo Freire propiciaram uma aproximação ao tema e a disponibilização de informações de forma ampla e multisetorial. Ainda segundo Tavares (2023) as ações de Assessoria Técnica Contínua (ATC) deram prosseguimento à articulação das políticas públicas com questões relativas à organização social, ao associativismo como mediador entre as comunidades e tais instrumentos, além de atuarem na disseminação de informações específicas sobre determinadas ações e auxiliarem as comunidades e os comunitários em ambos os aspectos.

De acordo com os técnicos do PPF diversos programas foram acessados através da assessoria técnica contínua fornecida pelo projeto, aqui podemos citar alguns que foram explicitados pelos técnicos: Pronaf, PAA, PNAE, Agroamigo, Garantia Safra, Bolsa Família, Hora de Plantar, Cisterna de Segunda Água, Auxílio-Doença, Água para Todos, São José, Crédito Rural, Pró-Jovem, Brasil Sem Miséria, Mais Infância, Cisterna de Primeira Água, Crediamigo, Aposentadoria Rural, Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2) e Um Milhão de Cisternas.

A abordagem utilizada nas assessorias, que envolve os membros da comunidade em um processo constante de construção de conhecimento, ajuda a fortalecer a organização social através de suas associações. Isso contribui para o empoderamento interno da comunidade, bem como para o reconhecimento de seus direitos e das possibilidades disponíveis. Esses resultados

ênfatizam a importância dessa ação, especialmente considerando as condições iniciais das comunidades que são caracterizadas pela fragilidade da organização social e pela situação de vulnerabilidade dos indivíduos alcançados (FIDA, 2021).

Na nossa imersão junto aos beneficiários do projeto em Nova Olinda podemos observar a importância e a dimensão que as ações voltadas para a assessoria técnica tiveram naquelas comunidades, pelas falas dos beneficiários e dos técnicos, a assistência técnica ajuda a impulsionar novas ações dentro da comunidade, dialogando com os resultados que foram publicados pelo FIDA, vejamos:

Os resultados da ATC não são alcançados apenas com os comunitários. Para essas assessorias, o projeto foi uma oportunidade de desenvolver uma atuação constante e próxima ao público, atingindo um número elevado de comunidades. Esse é um dos aspectos que permite dizer que a operacionalização da assessoria técnica contínua, no âmbito do Projeto Paulo Freire, é por si só tanto um dos resultados alcançados quanto uma geradora de outros produtos (FIDA, 2021 p.65).

Sete organizações do terceiro setor executaram a assessoria técnica do Projeto Paulo Freire. Estas organizações são: ONG Cactus (Cactus), Cáritas Diocesana de Crateús (Cáritas), Centro de Estudos e Assistência às Lutas do/a Trabalhador/a (Cealtru), Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador (Cetra), Centro de Pesquisa e Assessoria Esplar (Esplar), Instituto Flor do Piqui (Flor do Piqui) e Instituto Antônio Conselheiro (IAC). No total, 23.646 beneficiários foram atendidos pelas ATCs, que estiveram presentes de forma frequente nas comunidades, mobilizando instrumentos de ATER individuais e coletivos.

As comunidades situadas em Nova Olinda que participaram do Projeto Paulo Freire foram assessoradas pela ONG Cactus²⁶ que desenvolvem atividades com os públicos prioritários de mulheres e jovens. A ATC implementada pelo projeto é uma assessoria contínua e não pontual, que atua em vários campos – associativismo, social, produtivo – e é pautada pelo aporte de informações e de uma abordagem de ações orientadas para a promoção da autonomia das comunidades (FIDA, 2021 p. 64).

Nossa pesquisa buscou focar no que tange ao debate sobre assistência técnica promovida pelo PPF e as questões das políticas públicas relacionadas a agroecologia dentro das comunidades atendidas pelo projeto na cidade de Nova Olinda (CE). Nesse sentido, no diálogo que obtive com o senhor João Silva, líder comunitário ele falou sobre o quanto a capacitação em Agroecologia foi importante para ele e para a sua comunidade, ele afirma o seguinte:

A capacitação em agroecologia que o Projeto Paulo Freire trouxe para nós ajudou a desenvolver práticas agrícolas mais sustentáveis e mais adaptadas a nossa realidade local. Com a capacitação em agroecologia, os agricultores aqui da comunidade

²⁶A CACTUS foi fundada em 18 de maio de 2003 em Santa Quitéria – CE, é uma entidade sem fins econômicos, constituída por profissionais de formação e competência em diversas áreas do conhecimento humano, agropecuário e ambiental, mais informações no site da entidade endereço: <https://cactus.org.br/>.

puderam aprender novas técnicas de cultivo, manejo de solo, manejo integrado de pragas e doenças, produção de adubos orgânicos, entre outros (SILVA, 2023)

Além do depoimento de seu João Silva, o técnico Josué Dantas fez uma explanação sobre a importância da capacitação em agroecologia e como isso favoreceu a mudança de paradigma junto aos agricultores e agricultoras em Nova Olinda, segundo ele:

Outra vantagem da capacitação em agroecologia é a promoção da conservação ambiental. Ao aprender sobre técnicas de manejo sustentável da terra, os agricultores podem reduzir os impactos negativos da agricultura sobre o meio ambiente e preservar a biodiversidade. Além disso, a agroecologia pode ajudar a aumentar a resiliência dos sistemas produtivos diante das mudanças climáticas e de outros desafios ambientais (DANTAS, 2023)

O que fica saliente nos resultados do PPF ao longo desses 8 anos é que a capacitação em agroecologia também pode ajudar a fortalecer a agricultura familiar e a promover a participação e o empoderamento dos agricultores. Ao aprender novas técnicas de produção e gestão de suas propriedades, os agricultores podem melhorar sua produtividade e renda, e fortalecer suas organizações e movimentos sociais. Com isso, eles podem se tornar mais capazes de influenciar as políticas públicas e as decisões que afetam suas vidas.

O que fica claro nos diálogos que obtivemos entre os agricultores, técnicos e dirigentes do PPF é que a capacitação em agroecologia é fundamental para o desenvolvimento rural sustentável, a conservação ambiental, o fortalecimento da agricultura familiar e o empoderamento dos agricultores.

Nesse sentido, o que fica claro é que é essencial que os governos, as organizações da sociedade civil e outras instituições promovam iniciativas de capacitação em agroecologia para os agricultores visando ampliar suas habilidades e seus conhecimentos tradicionais buscando reduzir os impactos da agricultura frente as mudanças climáticas.

Podemos mensurar esses ganhos com as práticas agroecológicas verificando os dados oriundos do FIDA no que tange a melhoria da segurança alimentar das famílias participantes do PPF, pois a avaliação de impacto do Projeto Paulo Freire (PPF) constatou que 61% dos beneficiários tiveram uma melhoria no consumo alimentar. Isso se deve, em grande parte, ao investimento em 4.591 quintais produtivos agroecológicos, dos quais 75% foram liderados por mulheres. Além disso, foram associados a esses quintais 2.189 sistemas de reuso de águas cinzas, o que gerou um aumento no acesso e disponibilidade de alimentos nutritivos e diversificados em quantidade e qualidade adequadas (RCP, 2022).

As cadernetas agroecológicas²⁷ registraram que foram cultivados 683 tipos

²⁷ As cadernetas agroecológicas são ferramentas utilizadas na agricultura familiar que permitem o registro das práticas agrícolas adotadas em uma determinada propriedade. Elas funcionam como um diário de bordo da produção agroecológica, onde são registrados dados como as espécies cultivadas, as datas de plantio e colheita, a utilização de adubos orgânicos, as técnicas de conservação do solo e da água, entre outras informações relevantes

diferentes de produtos em quintais. Esse impacto positivo na segurança alimentar é evidenciado pelos dados da avaliação: houve um aumento de 10% no número de domicílios produzindo para autoconsumo e uma melhoria de 83% na diversificação alimentar (de 56 para 103 famílias entre 2015 e 2020).

Além disso, conforme Relatório de Conclusão do Projeto (2022) o acesso à água potável de qualidade foi assegurado a 22.152 famílias (mais de um terço dos beneficiários do projeto) com a instalação de 20.528 cisternas, sendo 30 delas destinadas a escolas, todas para consumo humano.

É importante destacar que todos os investimentos do PPF adotaram práticas agroecológicas e técnicas produtivas sustentáveis, o que garantiu a produção de alimentos livres de contaminantes físicos, químicos e biológicos.

3.3 Planos de Investimentos Produtivos (PIPs), Renda Familiar, e Segurança Alimentar

Durante o período em que esteve em andamento, Projeto de Desenvolvimento Produtivo e de Capacidades – Projeto Paulo Freire elaborou abordagens metodológicas inovadoras para implementar as estratégias definidas em seu Marco Lógico.

Uma considerável parcela das abordagens metodológicas empregadas na realização do Projeto Paulo Freire é resultado da aplicação de diversas experiências prévias conduzidas pelo Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) na América Latina e em outras partes do mundo. Tais experiências são adaptadas para se adequarem à realidade local e são direcionadas para o público-alvo do projeto, que, no caso do Projeto Paulo Freire, tem o enfoque nas questões de gênero, juventude e comunidades tradicionais.

De modo geral, as equipes técnicas do Projeto Paulo Freire, compostas por profissionais capacitados e treinados para trabalhar com as comunidades rurais, utilizam abordagens participativas, baseando-se nas demandas surgidas por parte das famílias e de suas entidades associativas para orientar suas atividades de assessoria técnica. Os comitês locais são responsáveis por definir as diretrizes gerais do projeto e funcionam como espaços de construção de consensos e pactos sociais relevantes para o sucesso da iniciativa.

O processo inicial do projeto tem sua origem na elaboração coletiva do Diagnóstico Rural Participativo²⁸ conforme Miguel Verdejo:

para o planejamento e gestão da propriedade

²⁸ O Diagnóstico Rural Participativo é um conjunto de técnicas e ferramentas que permite que as comunidades rurais façam uma avaliação sobre suas realidades, com o apoio de um facilitador, que intermedia o processo. O DRP não busca unicamente colher dados dos participantes, mas, sim, que estes iniciem um processo de autorreflexão sobre as suas potencialidades, oportunidades, necessidades e problemas. O método procura maior participação dos chamados beneficiários, para que eles entendam melhor seu contexto e, a partir daí, comecem a gerenciar ações de forma planejada. (EMBRAPA, 2014, p.69)

O Diagnóstico Rural Participativo (DRP) é um conjunto de técnicas e ferramentas que permite que as comunidades façam o seu próprio diagnóstico e a partir daí comecem a autogerenciar o seu planejamento e desenvolvimento. Desta maneira, os participantes poderão compartilhar experiências e analisar os seus conhecimentos, a fim de melhorar as suas habilidades de planejamento e ação (VERDEJO, 2003, p.19).

Por meio da elaboração do Diagnóstico Rural Participativo (DRP), foi possível realizar uma análise crítica da realidade de cada comunidade beneficiária, enfocando questões centrais como produção, renda, manejo e conservação de recursos naturais, equidade de gênero, juventude e etnia. Com base no DRP, foram produzidos os Planos de Desenvolvimento das comunidades, que contêm as demandas comunitárias e são financiados tanto pelo Projeto Paulo Freire como por outras fontes, como o Banco do Nordeste, o Banco do Brasil e o Projeto São José, entre outros. Esses planos visam garantir ações racionais e organizadas para a solução dos problemas das comunidades, buscando a construção de modelos de produção econômica e qualidade de vida mais sustentáveis para as populações beneficiárias.

Considerando o Plano de Desenvolvimento como guia das ações, foram elaborados posteriormente os Planos de Investimentos. Esses planos são os instrumentos que consolidam o financiamento das demandas familiares atendidas pelo Projeto Paulo Freire.

Os Planos de Investimentos Produtivos dizem respeito a Projetos Produtivos de diversas cadeias, tais como avicultura, ovinocultura, caprinocultura, mandiocultura, suinocultura, apicultura, fruticultura, cozinha comunitária, fogões ecológicos, reutilização de águas cinzas, biodigestores, artesanato e quintais produtivos.

Os Planos de Investimentos Produtivos (PIPs) executados pelo Projeto Paulo Freire atenderam um total de 17.742 indivíduos, que foram distribuídos em grupos distintos, conforme evidenciado na tabela 4 a seguir.

TIPO DE BENEFICIÁRIO	NÚMERO TOTAL DE BENEFICIÁRIOS POR TIPO
TODOS OS BENEFICIÁRIOS	17.742
 POPULAÇÕES TRADICIONAIS	1.250
 QUILOMBOLAS	632
 INDÍGENAS	127
 PESCADORES ARTESANAIS	127
 MULHERES	13.578
 JOVENS	4151
 ASSENTADOS DE REFORMA AGRÁRIA	134
 POPULAÇÕES DE COMUNIDADES RURAIS (*NÃO ENTRAM POPULAÇÕES TRADICIONAIS)	22.262

Fonte: Informações UGP PPF – dez./2020

O Projeto Paulo Freire executou diversas atividades nas comunidades rurais antes da formalização dos convênios com as associações e a alocação de recursos. Nessa fase inicial, as equipes técnicas de assessoria contribuíram para a criação ou regularização das organizações locais. Além disso, foram realizadas ações de formação e capacitação, bem como intercâmbios nas áreas produtiva e social. Essas atividades foram importantes para mobilizar e organizar socialmente as comunidades, diferenciando-se de iniciativas em que os grupos são mobilizados apenas pontualmente para receber recursos externos (FIDA, 2021).

Nesse sentido, do ponto de vista da convivência com o semiárido, foi estrategicamente importante para as comunidades rurais fortalecer a criação de pequenos animais adaptados à região o que garante estoques de ração animal como medida de sustentabilidade. De acordo com o Relatório de Conclusão do projeto (2022) o plantio de 1.658 ha de palma forrageira e 994 ha de sorgo possibilitou a produção de aproximadamente 49,7 mil toneladas de silagem de sorgo, reduzindo a pressão sobre a vegetação nativa durante a estação seca.

Foram construídas primeiras 20.528 infraestruturas de captação e armazenamento de 1ª água²⁹, o que reforçou a resiliência das famílias face às alterações climáticas, garantindo, no caso das cisternas domésticas, o acesso a água de qualidade. Relacionado a tanques de produção sistemas de microirrigação por microaspersão e irrigação capilar distribuem formas eficientes de água e convivência com o semiárido na produção de alimentos. Reutilizar a água para cultivar plantas promove o cultivo em casa (RCP, 2022).

O PPF promoveu uma apicultura que protege as espécies e atende a todos os pré-requisitos do triângulo da sustentabilidade (econômico, social e ambiental).

No que se refere à Nutrição e Segurança Alimentar, é pertinente mencionar que, de acordo com a avaliação de impacto realizada pelo Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), 61% dos beneficiários apresentaram melhora no consumo alimentar. Tal resultado se deve ao investimento em 4.591 quintais produtivos agroecológicos, sendo 75% liderados por mulheres, associados a 2.189 sistemas de reuso de águas cinzas, os quais geraram um aumento no acesso e disponibilidade de alimentos nutritivos e diversificados em quantidade e qualidade adequadas.

²⁹ Cisternas de primeira água são estruturas que coletam e armazenam água da chuva para uso doméstico, agrícola ou industrial. Essas cisternas são geralmente construídas para coletar água diretamente do telhado das casas, edifícios ou outras estruturas, e são projetadas para armazenar a água coletada em um reservatório para uso posterior.

As cadernetas agroecológicas registraram 683 tipos diferentes de produtos cultivados em quintais. A avaliação apontou um impacto positivo do Programa de Produção de Alimentos (PPF) na segurança alimentar, evidenciado pelos seguintes dados: um aumento de 10% no número de domicílios produzindo para autoconsumo e uma melhoria de 83% na diversificação alimentar (de 56 para 103 famílias entre 2015 e 2020). Além disso, a instalação de 20.528 cisternas, sendo 30 escolares, permitiu o acesso à água potável de qualidade a 22.152 famílias (mais de um terço dos beneficiários do Projeto) para consumo humano. É importante destacar que 100% dos investimentos do PPF adotaram práticas agroecológicas e técnicas produtivas sustentáveis, o que garantiu a produção de alimentos livres de contaminantes físicos, químicos e biológicos (RCP, 2022).

O Projeto Paulo Freire executou em Nova Olinda, de acordo com os relatos dos técnicos e comunitários, as seguintes ações integradas: quintais produtivos agroecológicos com a criação de galinha caipira e mantidos por sistemas de reuso de água; criação de suínos adaptado com biodigestores; e criação de ovinos e caprinos complementado com área de suporte forrageiro de sorgo, palma e capins. Segundo Silva (2021) os sistemas de produção em conjunto com as tecnologias sociais potencializaram as estratégias de convivência com o semiárido e de resiliência climática.

Como dito anteriormente em Nova Olinda o PPF atendeu 04 entidades comunitárias que foram a Associação Comunitária dos Agricultores e Agricultoras Familiares do Sítio Bujari; Associação de Moradores dos Sítios Chiquitoso e Cabeça, Associação Comunitária dos Trabalhadores Rurais dos Sítios São João, Baixio dos Bernardes, Baixio dos Almeidas e Cardoso e a Associação Comunitária dos Criadores de Peixe do Triunfo. Em todas as entidades foi feito através das entidades de assistência técnica o Plano de Desenvolvimento e posteriormente os Planos de Investimentos Produtivos (PIPs).

O plano de trabalho do PIP³⁰ da Associação Comunitária dos Agricultores e Agricultoras Familiares do Sítio Bujari previa um aporte de R\$ 85.224,80 para o fortalecimento da cadeia produtiva de avicultura caipira e suinocultura, observando aspectos ambientais e de sustentabilidade econômica e social dos agricultores/as familiares. Esse recurso tinha como meta 01 a construção de 10 pocilgas com 18m² no valor de R\$ 41.540,00; a meta 02 a construção de 06 aviários rústicos no valor de R\$ 17.276,80; já a meta 03 previa aquisição de animais (aves e suínos) no valor de R\$ 10.960,00 e a meta 04 estabelecia a comunicação³¹ e desenvolvimento

³⁰ Todos os dados relacionados aos Planos de Investimentos Produtivos foram extraídos dos Planos de Trabalho (PT) das respectivas entidades, todos os PT foram fornecidos pela UGP/PPF.

³¹ Essa meta está em todos os Plano de investimento Produtivos e determina a aquisição de kit informática e

da comunidade um valor de R\$ 5.400,00.

Já a Associação de Moradores dos Sítios Chiquitoso e Cabeça, definiu no seu PIP o fortalecimento da cadeia produtiva de avicultura caipira, produção de ovino e caprinos e ainda suinocultura, observando aspectos ambientais e de sustentabilidade econômica e social dos agricultores/as familiares. O orçamento desse PIP foi aprovado pelo PPF no valor global de R\$ 183.296,80, tendo como meta inicial a construção de 8 apriscos rústicos com 36 m² (6m x 6m) e 12m² de área coberta (4m x 3 m) e uma estimativa de recursos da ordem de R\$ 43.740,00; a segunda meta do PIP previa a Construção de 11 pocilgas com 18m² que totalizam o investimento de R\$ 60.724,00; a terceira meta definiu que seria construído 07 aviários rústicos no valor de R\$ 45.312,80; a meta 04 determinava a aquisição de animais (pintos de um dia, pintainhos, matrizes ovinas, caprinas e suínas, reprodutores ovinos, caprinos e suínos) e pôr fim a meta 05 direcionava recursos para a comunicação e desenvolvimento da comunidade na ordem de R\$ 5.400,00.

O PIP da Associação Comunitária dos Trabalhadores Rurais dos Sítios São João, Baixio dos Bernardes, Baixio dos Almeidas e Cardoso tinha como objeto a ser executado o fortalecimento da cadeia produtiva de avicultura caipira, produção de ovinocultura/caprinocultura e suinocultura, observando aspectos ambientais e de sustentabilidade econômica e social dos agricultores/as familiares. Um investimento total na ordem de R\$ 255.017,00 e tendo como primeira a construção de 09 apriscos rústicos com 9m² de área coberta no valor de R\$ 35.124,00; a meta 02 previa Construção de 19 pocilgas com 18m² no valor de R\$ 73.537,00; a meta 03 estipulava a construção de 20 aviários rústicos com orçamento de R\$ 97.956,00; a meta 4 definia que seria feita a aquisição de animais (pintainhos, reprodutor ovino, caprino e suíno, matrizes ovina, caprina e suína) e a meta 05 previa recursos para a comunicação e desenvolvimento da comunidade na ordem de R\$ 5.400,00.

A última entidade apoiada foi a Associação Comunitária dos Criadores de Peixe do Triunfo seu PIP objetivava o fortalecimento da cadeia produtiva de avicultura caipira, produção de ovinocaprinocultura e suinocultura, observando aspectos ambientais e de sustentabilidade econômica e social dos agricultores/as familiares. As metas executadas previam inicialmente na meta 01 a construção de 17 apriscos rústicos com 9m² de área coberta no valor de R\$ 69.956,00; a meta 02 previa a construção de 12 pocilgas com 18m² com recursos na ordem de R\$ 51.288,00; como meta 03 a associação definiu que seria feito a construção de 16 aviários rústicos totalizando R\$ 77.762,80; a meta 04 previa a aquisição de animais (pintainhos,

equipamentos, tais como: notebook, impressora, armário, mesa para computador e aquisição de placa de identificação do projeto

reprodutores ovinos, caprinos e suínos, matrizes ovinas, caprinas e suínas) previsto um investimento de R\$ 37.360,00 na execução dessa meta e pôr fim a meta 05 que previa a comunicação e desenvolvimento da comunidade no valor global da meta de R\$ 5.400,00.

O investimento global do PPF em todos as 4 associações beneficiárias em Nova Olinda (CE) foi da ordem de R\$ 765.305,40. Durante a execução do projeto, as implementações dos Planos de Investimentos Produtivos foram avaliadas periodicamente pelos comunitários, a fim de permitir ajustes necessários (especialmente com a chegada da pandemia). Nesse processo, houve uma atenção especial às necessidades e aspirações das mulheres e dos jovens. Como parte desse trabalho, o Projeto apoiou a formação de lideranças locais, consideradas fundamentais para a participação social, a consolidação das organizações e a sustentabilidade do processo de desenvolvimento social e produtivo.

Como podemos observar nos planos de investimento, especialmente nos planos das entidades localizadas em Nova Olinda, lócus da nossa pesquisa, vemos uma multiplicidade de atividades, pois os PIPs do Projeto Paulo Freire podem contemplar mais de uma atividade, mas sempre com um direcionamento para a segurança alimentar das famílias, o PPF buscou trabalhar com atividades que já eram desenvolvidas pelas comunidades, pois isso potencializaria os resultados que foram por elas demandadas e sempre com foco na produção para o consumo familiar, caso tivesse excedente esse seria vendido para as feiras locais.

O diferencial do Projeto Paulo freire que podemos relatar aqui nas nossas escutas e diálogos com técnicos, gestores e comunitários é multiplicidade de atividades produtivas desenvolvidas pelo projeto concatenadas com inúmeras tecnologias sociais, ao todo são 16 atividades produtivas e tecnologias sociais tocadas como políticas públicas nas comunidades atendidas e nas 4 entidades pesquisadas, vejamos a tabela 5 que exemplifica os Planos de Investimentos Produtivos, distribuição por categorias sociais:

Cadeias ou atividades produtivas (agrícolas e não agrícolas)	Nº de famílias	Custo médio por família	Recurso investido
Avicultura	6.347	R\$ 3.798,33	R\$ 24.108.012,85
Ovinocaprinocultura + suporte forrageiro	4.633	R\$ 4.871,98	R\$ 22.571.904,15
Quintal Produtivo	3.207	R\$ 786,29	R\$ 2.521.632,03
Suinocultura	2.355	R\$ 4.854,09	R\$ 11.431.381,58
Reuso de Água com Quintal Produtivo	2.723	R\$ 3.163,57	R\$ 8.614.410,19
Biodigestores	1.759	R\$ 1.659,30	R\$ 2.918.708,70
Apicultura	648	R\$ 5.389,20	R\$ 3.492.199,43
Artesanato	224	R\$ 3.833,29	R\$ 858.656,96
Mandiocultura	204	R\$ 2.023,52	R\$ 412.798,08
Pesca Artesanal	185	R\$ 4.877,38	R\$ 902.315,30
Fogões Ecológicos	232	R\$ 801,00	R\$ 185.832,00
Fruticultura	93	R\$ 4.896,08	R\$ 455.335,44
Horticultura	73	R\$ 6.772,27	R\$ 494.375,71
Cajucultura	64	R\$ 3.170,94	R\$ 202.940,24
Unidade de Beneficiamento	244	R\$ 7.454,28	R\$ 1.818.844,32
Barreiro (projeto ambiental)	40	R\$ 1.759,88	R\$ 70.395,38

Fonte: Informações UGP PPF – dez./2020

Observa-se que a avicultura e a ovinocaprinocultura, com suporte forrageiro, são as atividades que beneficiam o maior número de famílias e recebem mais recursos financeiros. Em seguida, em termos de número de famílias, vêm os quintais produtivos, que são a sétima atividade em termos de investimentos. As atividades de quintais produtivos e avicultura são frequentemente realizadas por mulheres e o destaque dessas atividades reflete a orientação do projeto para a inclusão desse público específico. A suinocultura é a quarta atividade em termos de número de famílias e a terceira em recursos investidos. Entre as tecnologias sociais, destacam-se o reuso de água acompanhado por quintais produtivos, que é a quinta atividade em termos de número de famílias e a quarta em termos de recursos financeiros, e os biodigestores, que são a sexta atividade em termos de número de famílias e de recursos financeiros.

O Projeto Paulo Freire proporcionou melhorias nas atividades produtivas das famílias participantes por meio do acesso a um conjunto de ativos produtivos, incluindo construções, aquisição de animais, máquinas e equipamentos, bem como aquisição de insumos. Essa política pública possibilitou melhorias nos empreendimentos das comunidades em Nova Olinda, essa afirmação pode ser atestada também pela pesquisa de resultados que foi realizada pela UGP em maio de 2020 que apontou um aumento de 28% no volume da produção dessas famílias e conseqüentemente na renda das unidades familiares (UGP, 2020)

Para abordar a questão da renda familiar no contexto do Projeto Paulo Freire, é necessário seguir a perspectiva apontada por uma comunitária sócia da Associação de Moradores dos Sítios Chiquitoso e Cabeça que afirmou que "a renda começa do consumo". Como pode ser observado, no âmbito desse projeto, a produção e a comercialização estão associadas ao autoconsumo, o que tem um diálogo direto com a segurança alimentar das famílias e das comunidades.

De acordo com os dados do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA, 2022), em relação à abordagem da segurança alimentar, o Projeto Paulo Freire atingiu não apenas um volume significativo de produção, mas também qualidade e diversidade na produção de alimentos. Essa qualidade foi obtida por meio de uma abordagem agroecológica que garantiu às famílias a produção de alimentos livres de agrotóxicos. A qualidade dos produtos locais está relacionada à ideia de valorização desses produtos. No contexto da segurança alimentar e nutricional, fortalecer a produção local envolve a valorização desses

produtos. O Projeto Paulo Freire trabalhou nesses dois aspectos ao longo de oito anos, e de acordo com os dados secundários, esses objetivos foram plenamente alcançados.

Nessa perspectiva, é possível inferir que a implementação da agroecologia como política pública transversal nas ações do Projeto Paulo Freire resultou em melhorias nas condições de vida das comunidades locais. Essas melhorias incluem maior viabilidade econômica e rendimento monetário, melhor segurança alimentar e nutricional e maior empoderamento sociopolítico. Além disso, a implementação da agroecologia permitiu a geração simultânea de uma produção suficiente e mais estável.

CONCLUSÃO

Essa dissertação abordou o tema das políticas públicas para a agroecologia inseridos na construção do Projeto de Desenvolvimento Produtivo e de Capacidades – Projeto Paulo Freire, analisando o contexto sócio-econômico-ambiental em que esse projeto foi executado e suas interfaces com as políticas públicas no Estado do Ceará

Ao longo dessa pesquisa o que podemos constatar é que o aumento da produção agrícola e não agrícola familiar está associado à capacitação técnica por meio de assessoria técnica permanente (ATC), o acesso familiar a novos equipamentos (tecnologias sociais) e recursos (via Planos de Investimentos Produtivos).

Esse modelo de atuação produz resultados significantes, principalmente em famílias sem condições econômicas de produzir. Alguns dos resultados da avaliação de impacto são destacados comparando 2015 e 2021 nos incrementos de produção nas seguintes atividades: Avicultura (aumento de 79 %), Ovinocultura e Caprinos (aumento de 34 %), Suinocultura (aumento de 140 %). O aumento da produção está relacionado, entre outras coisas, à adoção de práticas agroecológicas que reduzem a morte de animais, à diversificação de frutas e hortaliças (policultura - estagnação da produção e à rotação de culturas.

O aumento da produção está relacionado com a variedade de espécies a rotação de cultura, entre outras. Podemos constatar pelas nossas visitas, entrevistas e análise de dados e que as mulheres são as principais responsáveis pela diversidade da produção, podemos citar aqui pela experiência das cartilhas agroecológicas, com as cartilhas foi possível constatar isso ao registrar 683 produtos diferentes: alimentos de origem vegetal (271), animal (100) e mistos (67), artesanais (127), surdos-mudos e sementes (53) e plantas e preparações medicinais (38) e outros produtos (17).

De acordo com o estudo de impacto realizado (FIDA, 2022), constatou-se que dentre os 135 beneficiários do PPF nas 4 comunidades pesquisadas, houve acesso significativo

às políticas públicas, destacando-se: aumento de 21% no acesso às cisternas para produção, aumento de 11% no acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), aumento de 50% no acesso ao Programa de Reforma Agrária e Crédito Fundiário, aumento de 50% no acesso ao Programa de Combate à Pobreza Rural e aumento de 600% no acesso ao seguro rural.

As capacitações e oficinas em políticas públicas como direito, mantiveram como foco o acesso às políticas, dialogando principalmente com as questões de gênero, raça e etnia, juventudes e agroecologia e foram importantes para o alcance deste resultado, onde 46% do público capacitado foi de mulheres e 26% de jovens (RCP, 2022).

Nas entrevistas que foram feitas sejam com técnicos da ATER, sejam com gestores ou mesmo com comunitários os estudos demonstram ganhos significativos de renda, especificamente com aumento na renda auferida com a venda de produtos agrícolas, no valor do consumo doméstico e na renda líquida das famílias participantes do PPF.

Do mesmo modo, foram observados aumentos de produtividade e diversidade na produção agrícola e pecuária dos agricultores agroecológicos em todo o projeto Paulo Freire e em especial nas comunidades pesquisadas nesse trabalho.

Durante minhas visitas aos projetos, em conversas informais com os agricultores, alguns relataram que a transição para as práticas agroecológicas melhorou substancialmente sua alimentação, principalmente devido ao aumento da variedade e do consumo de frutas e legumes, além de reduzir os problemas de saúde.

Em todas as 4 comunidades pesquisadas observa-se evidências de que o Projeto Paulo Freire obteve resultados positivos, tais como a focalização e a territorialidade, além da diversificação das atividades financiadas. A avaliação de impacto (FIDA, 2022) evidenciou que o Projeto aumentou significativamente a participação ativa de mulheres e jovens em ações comunitárias, o acesso às políticas públicas e a adoção de práticas agroecológicas sustentáveis, o que modificou a realidade das 135 famílias participantes do PPF em Nova Olinda.

Os estudos conduzidos nesta pesquisa nas quatro comunidades beneficiadas pelo Projeto Paulo Freire em Nova Olinda evidenciaram que os benefícios para os mais pobres não decorrem de soluções tecnológicas imediatas ou soluções mágicas, mas sim de uma abordagem voltada para a mudança de processos, capacitação, organização e suporte a práticas inovadoras para agricultores e suas famílias, com ênfase em políticas públicas que promovam a agroecologia.

O governador atual do estado do Ceará, Elmano de Freitas, divulgou a assinatura de um novo acordo com o FIDA para a implementação da segunda fase do Projeto Paulo Freire

(PPF). Conforme informações do portal de notícias do governo local³², o projeto contará com um investimento total previsto de US\$ 150 milhões (aproximadamente R\$ 750 milhões), dos quais US\$ 120 milhões virão do co-financiamento do FIDA e do Governo da Espanha, e US\$ 30 milhões de contrapartida do estado. Espera-se alcançar um total de 60 mil famílias rurais, o que representa 240 mil pessoas. A segunda fase do PPF ampliará a bem-sucedida primeira fase, cobrindo 175 municípios do semiárido cearense e dando atenção especial às áreas mais pobres do estado e às comunidades tradicionais, mulheres e jovens. Isso demonstra a relevância dessa política pública para as ações contra a pobreza.

Tendo em vista que durante o período de 2013 a 2021, foi implementada a primeira fase do Projeto Paulo Freire (PPF) e a avaliação de impacto evidenciou importantes resultados das ações do projeto, sobretudo no que se refere ao trabalho com as populações mais marginalizadas e inclusão de mulheres e jovens. O sucesso do projeto levou-o a ser considerado um dos cinco melhores projetos implementados pelo Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) no mundo, dentre mais de 200 iniciativas em implementação. Nesse sentido, a segunda fase do PPF reforçará a parceria entre o Governo do Ceará e o FIDA, podendo criar novas oportunidades e parcerias.

Por fim, é recomendável que os Governos e outros financiadores do desenvolvimento, tais como o FIDA, ONU, IICA, FAO, BID, invistam na agroecologia para promover o desenvolvimento rural, a segurança alimentar e a sustentabilidade. Os resultados deste estudo indicam que a agroecologia pode gerar benefícios econômicos, aumentar a resiliência por meio da diversificação de rendimentos agrícolas e fortalecer a autonomia das comunidades rurais e das famílias.

³² Governo do Ceará e FIDA pactuam segunda fase do Projeto Paulo Freire, matéria disponível no seguinte endereço eletrônico: <https://www.sda.ce.gov.br/2023/03/22/governo-do-ceara-e-fida-pactuam-segunda-fase-do-projeto-paulo-freire/>

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Antônio Cavalcante de. O papel da participação na formulação, implementação e avaliação de uma proposta de desenvolvimento rural sustentável: o caso do Projeto São José – Ceará. Pós-Graduação em Sociologia Política. Universidade Federal de Santa. Florianópolis, 2003
- ALTAFIN, I. Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar. Brasília, 2005, 18 p. Disponível em: <<http://www.redeagroecologia.cnptia.embrapa.br/biblioteca/agricultura-familiar/CONCEITO%20DE%20AGRICULTURA%20FAM.pdf>>. Acesso em: 19 fev. 2023.
- Altieri, M. A. Agroecologia: teoria e prática para uma agricultura sustentável. 2. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002
- ARAÚJO, Maria Helena de. Desigualdade e pobreza no Ceará: o caso do Projeto São José. Dissertação de Mestrado. Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2003.
- BANCO MUNDIAL, BIRD. Brasil - Ceará: Projeto São José III. Washington, DC. 2009
- BEDUSCHI FILHO, L. C. Participação comunitária no desenvolvimento rural sustentável: o papel do programa Agente Rural no Ceará. Revista Brasileira de Desenvolvimento Rural, 5(2), 1-19. 2015
- BOCAYUVA, P. C. C. O Programa Territórios da Cidadania e a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. In: Seminário Internacional de Política Agrícola, 4, Brasília. Anais... Brasília: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. 2017.
- BRASIL. II Plano Nacional de Reforma Agrária: paz, produção e qualidade de vida no meio rural. Brasília, MDA: 2003b. Disponível em: <https://goo.gl/Xpc6RL>. Acesso em 18 abr. 2023.
- CALEGARI, A. O Programa Territórios da Cidadania e o desenvolvimento regional: a importância da abordagem territorial para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. In: Encontro Nacional de Estudos do Território, 9, Natal. Anais... Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2018.
- CARVALHO, J. L. O Programa Territórios da Cidadania e a integração de políticas públicas para o desenvolvimento rural sustentável. In: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, Florianópolis: ANPPAS. 2010.
- CENTRO DE POLÍTICAS SOCIAIS DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Estatísticas do Século XXI: Desenvolvimento e Pobreza. Rio de Janeiro: FGV, 2020. Disponível em: <https://cps.fgv.br/estatisticas-do-seculo-xxi-desenvolvimento-e-pobreza>. Acesso em: 22 fev. 2023
- EMBRAPA. Metodologias para elaboração de diagnósticos rurais participativos. Brasília: Embrapa, 2014. 118 p. (Documentos, 213). Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1006463/metodologias-para-elaboracao-de-diagnosticos-rurais-participativos>. Acesso em: 26 abr. 2023.

FARIAS, R. L. (2005). O Programa de Apoio ao Pequeno Produtor (PAPP) e a construção de uma nova matriz produtiva para o Ceará. *Revista Encontros Universitários da UFC*, 1(1)

FERNANDES, Bernardo Mançano. *Grito da Terra Brasil: uma história de lutas e conquistas*. São Paulo: Expressão Popular, 2012

FIDA - Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola . Investindo em populações rurais: avaliação dos resultados dos projetos apoiados pelo FIDA no Brasil – [Salvador]. 2021

FIDA, Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola. Investindo nas populações rurais do Brasil, 2016. Link de acesso: https://nacoesunidas.org/wpcontent/uploads/2016/11/brazil_p.pdf. Acesso em 19 abr. 2023.

FIDA, Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola. (2022). Relatório de Avaliação de impactos do projeto de Desenvolvimento produtivo e de capacidades no Estado do Ceará programa Paulo Freire [Relatório], disponível em <https://www.sda.ce.gov.br/download/projeto-paulo-freire/>, acessado em: 24 abr. 2023

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.

GRISA, Catia; SCHNEIDER Sergio (ORG). *Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil / Organizadores Catia Grisa [e] Sergio Schneider*. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015

GUERRA, A.C.; TOLEDO, D. A.C.; CASTANHEIRA, L. F. M.; OLIVEIRA, B. A. M. Agricultura familiar e economia solidária: o programa compra direta como política de inserção. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO, 7., 2007, Fortaleza. Anais. Disponível em: <http://www.cnpat.embrapa.br/sbsp/anais/Trab_Format_PDF/139.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2023.

GURJÃO, André. FIDA avalia positivamente política pública de combate à extrema pobreza. Secretaria do Desenvolvimento Agrário, 2019. Disponível em: <<https://www.sda.ce.gov.br/2019/06/14/fida-avalia-positivamente-politica-publica-de-combate-a-extrema-pobreza/>>. Acesso em: 19 Abr. de 2023

IBGE. *Censo Agropecuário 2017: Resultados definitivos*. Rio de Janeiro: IBGE, 2019

IBGE. *Censo Demográfico 2022*. Rio de Janeiro: IBGE, 2022

IPECE - INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ. *Objetivo do desenvolvimento do milênio. Relatório do Estado do Ceará 2010*. Fortaleza, 2010

IPECE - INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ. *Perfil Básico Municipal: Nova Olinda/CE*. Fortaleza: IPECE, 2017. Disponível em: https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2018/09/Nova_Olinda_2017.pdf. Acesso em: 25 abr.2023

JUNQUEIRA, Clarissa Pereira; LIMA, Jandir Ferrera. Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil. *Semina: Ciências Sociais e Humanas, Londrina*, v. 29, n. 2, p. 159-176,

jul./dez. 2008. Disponível em:

<https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/seminasoc/article/view/5469/4991>. Acesso em 21 fev. 2023.

KHAN, Ahmad Saeed e SILVA, Lucia Maria Ramos. Capital Social das Comunidades Beneficiadas pelo Programa de Combate à Pobreza Rural – PCPR/Projeto São José – PSJ – Estado do Ceará. Revista de Economia e Sociologia Rural. Rio de Janeiro, vol. 43, nº 01, p. 101-117, jan/mar 2005

MEDEIROS, Ana Cristina de Oliveira. Governança e participação social no Projeto São José. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, v. 9, n. 2, p. 85-105, 2013.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Programa de Aquisição de Alimentos - PAA: Uma Política de Compra Direta da Agricultura Familiar. Brasília: MDS, 2015.

MIP - Manual de Implementação do Projeto Paulo Freire. Fortaleza, 2013

OLIVEIRA, A. B. Estratégias de desenvolvimento rural sustentável adotadas no Ceará. Revista de Desenvolvimento Rural, 10(1), 123-140. 2010

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA (FAO). Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Mundo. Roma, 2021. Disponível em: <http://www.fao.org/state-of-food-security-nutrition/en/>. Acesso em: 22 fev. 2023.

PEREIRA, Eva Maria Campos. Quando a agricultura familiar pode dar certo: uma análise a partir do Semiárido Nordeste – Campina Grande, 2018

PETERSEN, Paulo. Agroecologia e Agricultura Familiar: bases científicas para uma nova agricultura. Porto Alegre: EMATER-RS, 2009

PORTO-GONÇALVES, C. W. Geografias, movimentos sociais e democracia. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

PROJETO PAULO FREIRE. TERMO DE REFERENCIA - ACORDO DE EMPRÉSTIMO nº I-882-BR/E-17-BR.

RAVALLION, M. (2008). The Economics of Poverty: History, Measurement, and Policy. Oxford University Press.

RUA, M. G. Análise de políticas públicas: conceitos básicos. Rio de Janeiro, 2005. Curso de Aperfeiçoamento em Agroecologia. REDCAPA – Rede de Instituições Vinculadas à Capacitação em Economia e Política Agrícola da América Latina e Caribe.

SILVA, Eduardo Sérgio. Garantia-Safra: Um Estudo sobre a Política Pública e a Agricultura Familiar. Viçosa: UFV, 2016.

SILVA, Jardel. Entrevista concedida a Francisco Evanildo Simão da Silva. Nova Olinda (CE), 22 fev. 2023.

SILVA, João. Entrevista concedida a Francisco Evanildo Simão da Silva. Nova Olinda (CE). 06 fev. 2023

SILVA, José de Sousa e. O avesso do desenvolvimento: a agricultura cearense em crise. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2002.

SILVA, Vanderley Porfírio da. Agroecologia e agricultura orgânica. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2009

SINGER, André. Os sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

TAVARES, Iris. Entrevista concedida a Francisco Evanildo Simão da Silva. Juazeiro do Norte (CE). 19 fev. 2023.

TOOGE, Rikardy. Especialistas temem que MP da regularização fundiária dê brecha para legalizar grileiros na Amazônia. Portal G1. Disponível em <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2019/12/12/especialistas-temem-que-mp-da-regularizacao-fundiaria-de-brecha-para-legalizar-grileiros-na-amazonia.ghtml> Acesso em: 22 fev.2023

TROVATTO, Cássio Murilo Moreira; BIANCHINI, Valter; DE SOUZA, Cláudia;

MEDAETS, Jean Pierre; RUANO, Onaur. A construção da política nacional de agroecologia e produção orgânica: um olhar sobre a gestão do primeiro plano nacional de agroecologia e produção orgânica. Brasília, DF: Embrapa, 2015. 211 p

UGP - Unidade de Gerenciamento do Projeto, pesquisa de resultados do Projeto Paulo Freire, Secretaria de Desenvolvimento Agário (SDA), Fortaleza (CE), 2020.

VERDEJO, Miguel Expósito. Diagnóstico rural participativo: guia prático. Centro Cultural Poveda, Proyecto Comunicación y Didáctica, 2003

WANDERLEY, M. N. B. O mundo rural como um espaço de vida. Reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre RS: UFRGS, 2009.